



PROVA OBJETIVA

GABARITO PRELIMINAR
COMENTADO

mege

OBSERVAÇÕES INICIAIS

O prova comentada foi preparado pelos professores do Mege imediatamente após a divulgação do gabarito preliminar da **prova objetiva do TJ-RS (aplicada em 16/01/2022)**.

A nossa intenção neste material é auxiliar nossos alunos e seguidores na análise da elaboração de seus recursos, além de possibilitar, em formato conclusivo, a revisão de temas cobrados no certame.

Trata-se de versão preliminar elaborada com as finalidades informadas e concluída por nosso time específico para 1ª fase de magistratura estadual, sem maiores pretensões de aprofundamento e trabalho editorial neste momento de apoio.

Não há também o viés de verificação rigorosa de temas antecipados em nossa turma de reta final TJ-RS e demais atuações do Mege para carreira, não sendo listadas nesta abordagem, diante do curto tempo para entrega desse apoio em prazo recursal, as produções de nossos clubes (que trabalham o conteúdo completo de um edital para carreira), por exemplo.

Nós temos certeza que será, como sempre, uma invasão de megeanos na segunda fase, inclusive criamos um grupo de whatsapp para reunir candidatos para debates sobre a 2ª fase de imediato. Clique no botão abaixo caso tenha interesse em debater assuntos sobre a 2ª fase TJ-RS 2022:

GRUPO PARA 2ª FASE TJ-RS

<https://chat.whatsapp.com/I5cb6C5nzQZ8mTWQ0Z3RcT>

O corte, neste momento, segue estimado em 79 pontos para ampla concorrência (sem as anulações). Os candidatos negros e portadores de deficiência precisam acertar 60% da prova e 30% em cada bloco para avançarem para segunda fase.

Uma curiosidade da prova do TJ-RS 2022 é que ela foi uma das provas que contou com a maior ausência de candidatos da história dos concursos de carreiras jurídicas. A situação certamente foi ocasionada pela incerteza gerada diante do cenário de pandemia e de cancelamento de voos. Ou seja, para quem compareceu, foi uma oportunidade de ouro para avançar para as demais fases. Muito embora a nota de corte estimada também tenha sido alta mesmo com esta situação peculiar.

Os nossos professores entendem que, pelo menos, 7 questões estejam envolvidas em alguma polêmica a ser apreciada (5, 26, 57, 58, 60, 73 e 84). Portanto, podem ter suas situações alteradas na fase recursal, o que deixa em aberto a ideia de nova nota de corte.

Após este estudo, o candidato poderá vislumbrar a possibilidade de um aumento em sua nota final. Em nossa experiência, constatamos um parâmetro de que a cada 2 (duas) questões anuladas a pontuação oficial de corte aumenta em 1 (um) ponto. Essa dica deve seguir como norte para definição de maiores chances de avanço no certame. Guardem esta informação!

Aos alunos do TJ-RS (reta final), pedimos que não deixem de reler os conteúdos das rodadas com temas antecipados na prova. A melhor fixação será importante nos

próximos desafios. Como perceberam, o estudo em sprint final foi revertido em pontos decisivos. Sempre acreditamos muito que, com o devido foco, é possível evoluir mesmo em menor prazo.

Portanto, eis aqui o nosso extrato de conferência de pontuação com os devidos apontamentos! O respeito ao concurseiro demanda transparência de informações - um de nossos valores em cada atuação.

SE VOCÊ NÃO FOI TÃO BEM NO TJ-RS NÃO SE DESESPERE:

O ano de 2022 promete muitos editais pela frente!

A prova do TJ-RS foi apenas a primeira (ao lado do TJ-AP) de um ano promissor para carreira. Soma-se a isso, a própria experiência de pandemia e nossa saúde mental testada ao limite para seguirmos firmes no estudo durante todo esse tempo. Todo concurseiro que compareceu neste domingo em Macapá tem nosso respeito e deve renovar o gás para encarar um mundo de oportunidades que vem pela frente.

Se pudermos dar uma dica neste momento para quem busca uma solução à médio e longo prazo, seria conhecer nosso **Clube da Magistratura 2022**, uma solução incrível que irá acompanhá-lo durante toda sua preparação para carreira (com estudo otimizado da lei seca, materiais de doutrina resumida, simulados específicos para carreira, videoaulas e muito mais). Além do apoio de nossa equipe, com **a experiência de já ter comemorado a aprovação de mais de 1.150 alunos em 23 TJ's diversos.**

O clube da magistratura conta com tudo que você precisa para preparação em todas as fases do concurso. Desde o estudo da lei comentada até correções de provas de 2ª fase de forma personalizada e até mesmo a opção de acompanhamento personalizado. Vale a pena conferir!

3

CLUBE DA MAGISTRATURA 2022

<https://clube.mege.com.br/assine-clube-da-magistratura/>

A SEGUNDA FASE É LOGO ALI!

Por fim, vale ressaltar que abriremos inscrições para turma de 2ª fase TJ-RS (onde contaremos com 2 opções: com e sem correções de provas personalizadas) focada em uma preparação completa para este desafio. O estudo de humanística, o conhecimento básico em sentenças, a experiência de redigir e ter correções de provas manuscritas, tudo devidamente alinhado ao seu desafio no melhor nível.

As inscrições serão abertas nesta semana; e se você já foi aluno do Mege, ainda poderá utilizar o **cupom de desconto TJRS10** para garantir sua vaga.

O link para inscrição para inscrição na turma de 2ª fase será habilitado em nossa área de cursos:

TJ-RS (2ª FASE)

<https://www.mege.com.br/cursomege>

Sem mais delongas, vamos para análise de tudo que caiu na objetiva do TJ-RS.

Bons estudos!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	5
DIREITO CIVIL	13
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	27
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	44
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	55
DIREITO PENAL	57
DIREITO PROCESSUAL PENAL	66
DIREITO CONSTITUCIONAL	78
DIREITO ELEITORAL.....	91
DIREITO EMPRESARIAL	93
DIREITO TRIBUTÁRIO	102
DIREITO AMBIENTAL.....	109
DIREITO ADMINISTRATIVO	112

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Liberdade interior e consolação

01. Preceptor e ministro de Nero, profundamente envol-
 02. vido com a vida política de seu tempo, Sêneca preocu-
 03. pou-se em encontrar para si mesmo e para todos
 04. aqueles que lhe eram caros um modo de vida cuja tônica
 05. fosse a liberdade interior. Seu intuito foi o de espelhar em
 06. seus escritos as aspirações dos seres humanos ocupados
 07. em encontrar em sua própria vida interior uma justifica-
 08. ção para a existência, independentemente da realidade
 09. circundante. Para tanto, Sêneca esforçou-se por mostrar
 10. que o caminho para o maior dos desafios, o autodomínio,
 11. pode ser trilhado por qualquer indivíduo. Essa é uma
 12. lição oferecida explicitamente em suas *Consolações*, mas
 13. que também pode ser encontrada ao longo de toda sua
 14. obra, marcada pela tentativa de compreender os modos
 15. como a filosofia, especialmente o estoicismo, pode
 16. auxiliar os humanos a viver de modo harmônico tanto
 17. em relação a si quanto em relação ao mundo em que
 18. habitam.

19. Essa concepção da atividade filosófica levou Sêneca
 20. a redigir três *Consolationes* (consolos ou consolações),
 21. seguindo a tradição das "consolações filosóficas":
 22. discursos, poemas, ensaios ou cartas pessoais de caráter
 23. consolatório, presentes na tradição antiga desde o século
 24. V a.C. São escritos normalmente endereçados a um
 25. amigo ou parente próximo que se encontra com um
 26. estado de espírito doloroso, em função da perda de um
 27. ente querido, de um amor não correspondido ou de
 28. alguma situação na qual a pessoa se sinta frágil,
 29. frustrada por algum contratempo que lhe escapa ao
 30. controle. Com Sêneca, esse tipo de texto, embora
 31. visando a um destinatário preciso, amplia-se, a fim de
 32. alcançar um público mais vasto. Ele nos mostra que
 33. estar preparado para um revés da sorte é o caminho
 34. mais seguro para suportá-lo.

35. Consolar, para ele, não significará meramente acolher
 36. a dor alheia, trazer alívio imediato ao sofrimento ou ao
 37. desgosto, ou suavizar experiências emocionais devas-
 38. tadoras. Sua lição será a de mostrar-nos que, diante de
 39. um duro golpe da sorte, é preciso que nos conformemos,
 40. não no sentido de aceitar resignada e passivamente
 41. aquilo que não podemos modificar, mas no de aprender
 42. a dar forma a nossas vidas mesmo quando nossas
 43. expectativas são frustradas. Afinal, no seu dizer, grande
 44. parte daquilo que consideramos males são, na verdade,
 45. apenas erros de julgamento a respeito das coisas, das
 46. pessoas ou das situações em que nos encontramos.
 47. Nossas dores e aflições não teriam nenhum poder sobre
 48. nós, caso fôssemos capazes de manter nossa mente
 49. tranquila, precavendo-nos contra os nossos juízos ime-
 50. diatos, que tomam a realidade simplesmente por aquilo
 51. que nossos olhos veem ou nossos ouvidos ouvem. Sêneca
 52. tem em mente a ataraxia estoica, um estado de imper-
 53. turbabilidade emocional que em sua filosofia adquire
 54. contornos mais suaves, tornando-se algo acessível a o
 55. homem comum.

Adaptado de: Dossiê *Pra uma Vida Equilibrada* da Revista Cult, Edição 143. OLIVEIRA, Luizir. Para uma Vida Equilibrada. *Revista Cult*. São Paulo, Edição. 143, 2010. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/para-uma-vida-equilibrada/>. Acesso em 10 fev. 2020.

01. Considere as seguintes afirmações em relação à classe morfológica e à função sintática da palavra a no texto.

I - A função sintática da palavra a (l. 21) é de adjunto adnominal.

II - A classe morfológica da palavra a (l. 24) é de preposição.

III - A classe morfológica da palavra a (l. 38) é de pronome demonstrativo.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

6

Item I: correto. Trata-se de um artigo, e a função sintática do artigo é adjunto adnominal.

Item II: correto. Trata-se de uma preposição, regida pelo adjetivo “endereçadas”.

Item III: correto. Trata-se de um pronome demonstrativo. Observe que o “a” em análise equivale ao pronome demonstrativo “aquela”.

02. Considere as seguintes

afirmações quanto à sintaxe de colocação do pronome pessoal oblíquo átono se.

I - Na expressão Sêneca preocupou-se (l. 02-03), o emprego do pronome se na posição enclítica decorre da aplicação da regra geral da colocação pronominal segundo a norma-padrão do português.

II - Na expressão que se encontra (l. 25), a próclise é justificada pela anteposição da conjunção integrante que ao pronome se.

III - A colocação sintática de ênclise do pronome se na linha 31 justifica-se por estar a expressão amplia-se (l. 31), no referido contexto, entre vírgulas.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

Item I: correto. Pela norma geral, ênclise é o pronome oblíquo depois do verbo. É o que ocorre na alternativa. Nesse caso, poderia também haver próclise, pois o substantivo próprio “Sêneca” não obriga nenhuma colocação pronominal. Vale destacar que, no Brasil, predomina a próclise; em Portugal, a ênclise.

Item II: incorreto. Todo “que” atrai o pronome oblíquo, mas o da linha 25 não é conjunção integrante, e sim pronome relativo.

Item III: incorreto. A ênclise não se dá pela razão apresentada no item III. Não existe essa regra de colocação pronominal.

7

03. Considere as afirmações abaixo, em relação ao emprego de letras, acentuação gráfica e hífen no texto. Pode-se afirmar, segundo o sistema oficial vigente, que

(A) as formas gráficas autodomínio (l. 10) e auto-domínio são formas parônimas.

(B) o plural da palavra revés (l. 33) não apresenta acento gráfico e constitui um parônimo da forma verbal revezes.

(C) a palavra tranquila (l. 49) apresenta erro de grafia, deveria estar grafada como tranqüila a fim de se garantir a correção gramatical.

(D) a forma verbal veem (l. 51) poderia ter sido grafada como vêem, pois o emprego do acento gráfico, neste caso, é facultativo.

(E) a palavra estoica (l. 52) deveria ter sido grafada como estóica, sendo esta uma aplicação da mesma regra utilizada na grafia da palavra herói: todos os ditongos tônicos abertos são acentuados no português.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETO:** Não se trata de parônimos, como ocorre com as palavras “ratificar” e “retificar”. Em língua portuguesa, a grafia oficial é “autodomínio” apenas.

(B) **CORRETO:** O plural de “revés” é “reveses”, sem acento. Já “Revezes” é a forma verbal “revezar” na segunda pessoa do singular do presente do subjuntivo: que tu revezes. Portanto, “reveses” e “revezes” são parônimos.

(C) **INCORRETO:** Não existe mais o trema em língua portuguesa. Assim, a palavra “tranquila” está corretamente grafada.

(D) **INCORRETO:** Não existe acento no hiato EE.

(E) **INCORRETO:** A forma correta é “estoica”, sem acento. Os ditongos abertos EI, OI, EU só são acentuados nas palavras oxítonas (herói, pastéis) e nos monossílabos (céu, rói).

04. O texto apresenta tanto expressões conotativas quanto denotativas. Qual das expressões abaixo exemplifica uma expressão denotativa do texto?

- (A) espelhar em seus escritos (l. 05-06).
- (B) as aspirações dos seres humanos (l. 06).
- (C) o caminho para o maior dos desafios (l. 10).
- (D) um amor não correspondido (l. 27).
- (E) um duro golpe da sorte (l. 39).

8

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

Denotação: emprego de palavras ou expressões em sentido próprio, literal.

Conotação: emprego de palavras ou expressões em sentido figurado.

- A) Há conotação
- B) Há conotação
- C) Há conotação
- D) CORRETO: Há denotação**
- E) Há conotação

05. Considere as seguintes afirmações sobre coerência e coesão no texto.

I - Os pronomes demonstrativos nas expressões todos aqueles (l. 03-04), Essa concepção da atividade filosófica (l. 19) e esse tipo de texto (l. 30) são recursos de coesão.

II - Há coerência quando o autor define a forma verbal Consolar (l. 35) no seu texto como “suavizar experiências emocionais”.

III - O autor encerra o último parágrafo, citando a expressão imperturbabilidade emocional (l. 52-53), sintetizando e retomando o tópicofrasal do primeiro parágrafo, que é uma expansão do conceito de liberdade interior, já antecipado no título do texto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: C

QUESTÃO PASSÍVEL DE RECURSO

COMENTÁRIOS

9

Ao Examinador Recursal,

De acordo com o gabarito preliminar divulgado pela banca, a questão 5 tem como resposta a letra C. No entanto, entendo que a alternativa não tem resposta, pois os itens I e III estão corretos.

Inicialmente, destaco que a pergunta feita não foi construída adequadamente: “Quais estão corretas?”. Desse modo, tal questionamento sugere mais de um item correto. Para evitar possível ambiguidade, o correto deveria ser “Qual(is) está(ão) correta(s)?”.

Além disso, entendo que os itens I e III estão corretos, e não apenas o item III, como divulgou a banca.

A questão 5 versa sobre coesão e coerência. Vejamos:

Item I: No item I, é dito que os pronomes demonstrativos nas expressões (destacadas do texto) são recursos de coesão, o que é verdade. Vejamos:

- O primeiro pronome demonstrativo (aqueles) é obrigatório, pois o pronome indefinido “todos”, no plural, o exige. À luz da gramática normativa, sabe-se que o pronome indefinido “todo”, no plural, é seguido de “os” ou “as”, exceto antes de pronomes em que isso não é possível. Nesse caso, o demonstrativo “aqueles” substitui o pronome “os”, que também é demonstrativo. Assim, mais do que

uma referência dêitica que se possa inferir, há coesão necessária com o pronome demonstrativo na própria frase.

- Quanto aos demais pronomes demonstrativos, destaco que o segundo pronome demonstrativo (Essa) bem como o terceiro (esse) são recursos de coesão. Trata-se de elementos anafóricos, pois retomam o que é dito em trechos anteriores.

Sendo assim, o item I está correto.

Item II: Item incorreto. O candidato precisa observar que não é o autor que define “Consolar” (l. 35) como “suavizar experiências emocionais”, mas “Sêneca”. Há coerência nessa definição? Sim. No entanto, o foco do item não está diretamente na coerência (lógica, nexos, sentido da frase), mas na autoria da definição. Por essa razão, o item II está incorreto.

Item III: Item correto. Aquilo que é antecipado no título é retomado no último parágrafo, conforme se diz no item.

Desse modo, diante do exposto, solicito a anulação da questão 5.

Nesses termos, peço deferimento.

06. Considere as seguintes afirmações em relação à expressão preocupou-se (l. 02-03).

10

I - Trata-se de verbo na voz passiva.

II - O pronome se, nesta expressão, é índice indeterminador do sujeito.

III - Esta forma verbal é um exemplo de verbo pronominal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

ITEM I: INCORRETO. O verbo está na voz ativa. Vale lembrar que, na voz ativa, o sujeito pratica ação e que, na voz passiva, o sujeito sofre ação.

ITEM II: INCORRETO. O SE é índice de indeterminação do sujeito quando o sujeito é indeterminado. Na frase “Sêneca preocupou-se”, o sujeito está expresso e é simples: Sêneca.

ITEM III: CORRETO. O SE, nesse caso, é parte integrante do verbo, e o verbo é pronominal.

07. O emprego da vírgula está corretamente justificado em qual dos exemplos abaixo?

- (A) A vírgula da linha 1 separa o adjunto adverbial antecipado.
- (B) As vírgulas que delimitam o segmento marcada pela tentativa de compreender os modos como a filosofia (l. 14-15) marcam uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) A vírgula da linha 8 marca uma oração subordinada substantiva.
- (D) As vírgulas que delimitam o segmento diante de um duro golpe da sorte (l. 38-39) marcam um aposto.
- (E) A vírgula da linha 49 marca uma oração subordinada adverbial.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

11

- (A) **INCORRETO:** O termo antecipado é um aposto explicativo.
- (B) **INCORRETO:** As vírgulas destacam uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (C) **INCORRETO:** Não se trata de oração subordinada substantiva, nem de oração alguma, pois toda oração traz um verbo ou uma locução verbal.
- (D) **INCORRETO:** Não se trata de aposto, mas de um adjunto adverbial deslocado.

08. Considere a concordância do verbo ser no período abaixo: Afinal, no seu dizer, grande parte daquilo que consideramos males são, na verdade, apenas erros de julgamento a respeito das coisas, das pessoas ou das situações em que nos encontramos (l. 43-46). É correto afirmar que o verbo ser está concordando com

- (A) um sujeito.
- (B) um predicativo.
- (C) com a expressão grande parte (l. 43-44).
- (D) com a expressão consideramos (l. 44).
- (E) com a expressão males (l. 44).

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Quando o sujeito e o predicativo não representam pessoa, o verbo concorda com um ou com o outro indiferentemente. É o que acontece no trecho para análise. Nesse caso o verbo concorda com o núcleo do predicativo: erros.

09. Qual das expressões sublinhadas abaixo é um termo regido por um antecedente nominal?

- (A) Sêneca esforçou-se por mostrar (l. 09).
- (B) o autodomínio, pode ser trilhado por qualquer indivíduo (l. 10-11).
- (C) pode auxiliar os humanos a viver de modo harmônico (l. 15-16).
- (D) Ele nos mostra que estar preparado para um revés da sorte é o caminho mais seguro (l. 32-34).
- (E) tomam a realidade simplesmente por aquilo que nossos olhos veem (l. 50-51).

12

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

O único termo sublinhado que é regido por um antecedente nominal é “para um revés da sorte”.

10. Em relação aos mecanismos de coesão do texto, considere as seguintes afirmações:

- I - O pronome possessivo seu (l. 02) faz referência a um termo subsequente, Sêneca (l. 02).
- II - O pronome relativo cuja (l. 04) tem por antecedente a expressão vida (l. 04).
- III - O pronome oblíquo átono lo (l. 34) refere-se à expressão antecedente o caminho (l. 33).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

ITEM I: CORRETO. O pronome possessivo “seu” faz referência ao termo subseqüente: Sêneca.

ITEM II: INCORRETO. Todo pronome relativo se refere ao termo anterior a ele. Nesse caso, “cuja” se refere a todo o termo “um modo de vida”, e não apenas ao vocábulo “vida”.

ITEM III: INCORRETO. O pronome “lo” se refere ao termo “um revés da sorte”.

DIREITO CIVIL

11. O Código Civil de 2002 reconhece os direitos da personalidade. Com relação ao afirmado, assinale a assertiva INCORRETA.

- (A) O fundamento dos direitos da personalidade é a dignidade da pessoa humana.
- (B) A personalidade jurídica é a potencialidade de adquirir direitos e/ou assumir obrigações, a capacidade jurídica é o limite dessa potencialidade.
- (C) A personalidade é dotada de atributos, permitindo identificar a pessoa, sujeito de direito, e são: o nome, o estado, o domicílio, a capacidade e a fama.
- (D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (E) Os direitos da personalidade estão sujeitos prescrição pelo não uso.

13

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA.

Os direitos da personalidade são direitos inerentes e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade. A própria natureza dos direitos da personalidade indica o seu fundamento na dignidade da pessoa humana. A pessoa é a fonte da dignidade e desta mesma dignidade resultam os direitos da personalidade, conferidos para que se possa proteger as faculdades de desenvolvimento da personalidade jurídica e moral.

(B) CORRETA.

A personalidade jurídica em sentido amplo se aproxima da ideia de capacidade de direito, que é a capacidade genérica, adquirida juntamente com a personalidade. Trata-se **de atributo inerente à condição humana**, podendo ser compreendida como a aptidão para contrair direitos e deveres na ordem jurídica, na qualidade de sujeito.

Por outro lado, a capacidade de fato é a possibilidade, pessoalmente, de praticar e exercer os atos da vida civil. Para atribuir capacidade de fato ao indivíduo, o Código Civil exige **autodeterminação e discernimento do sujeito**, de modo que este tenha condições físicas e psíquicas de compreender as consequências de seus atos.

(C) CORRETA.

Os direitos da personalidade são direitos essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana, em que se convertem as projeções físicas, psíquicas e intelectuais do seu titular, individualizando-o de modo a lhe emprestar segura e avançada tutela jurídica.

Neste particular, fala-se em alguns atributos, tais como o estado, a imagem, o nome, intimidade, etc.

(D) CORRETA.

CC: Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Como se pode notar, o dispositivo determina que os direitos da personalidade não possam sofrer limitação voluntária, o que gera o seu suposto caráter absoluto. Entretanto, por uma questão lógica, tal regra pode comportar exceções, havendo, eventualmente, relativização desse caráter ilimitado e absoluto. Prevê o Enunciado n. 4 do CJF/STJ, aprovado na I Jornada de Direito Civil, que “o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral”.

(E) INCORRETA.

Em regra, os direitos da personalidade são todos imprescritíveis, sendo essa uma de suas características. Eles são imprescritíveis porque esses direitos não se extinguem pelo uso ou com o passar do tempo. A ofensa ao direito de personalidade é imprescritível, mas a pretensão à sua reparação em danos morais, por exemplo, está sujeita a prazos prescricionais por ter caráter patrimonial.

14

12. No que se refere às limitações eventualmente apostas ao negócio jurídico, é correto afirmar que

(A) a condição aposta (inserida) no negócio jurídico torna-o inválido.

(B) a condição constitui um elemento da existência do negócio jurídico.

(C) as arras penitentialis, a retrovenda, a venda a contento, o direito de preempção ou preferência constituem exemplos de condições meramente potestativas e são admitidas em direito.

- (D) o termo inicial aposto num contrato suspende o exercício e a aquisição do direito.
- (E) todos os negócios jurídicos admitem a aposição de condições.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

CC:

Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.

Art. 123. Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados:

I - as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;

II - as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita;

III - as condições incompreensíveis ou contraditórias.

(B) INCORRETA.

A condição afeta o negócio jurídico no plano da eficácia.

(C) CORRETA.

Em geral, as condições puramente potestativas, que dependem só da vontade da parte, invalidam o negócio jurídico (art. 122). Ressalte-se, todavia, que as condições simplesmente potestativas são admitidas, já que conjugam o arbítrio de uma parte com um outro elemento futuro e incerto.

Essas condições, que dependem da vontade de uma das partes e também de outros fatores, nos termos do art. 122 do CC, são lícitas. São exemplos de condições potestativas admitida pelo sistema do direito civil as arras penitenciais (art. 420, CC), a retrovenda (art. 505, CC), a venda a contento (art. 509, CC), o direito de preempção ou preferência (art. 513, CC).

(D) INCORRETA.

CC: Art. 131. O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

(E) INCORRETA.

Não é todo negócio jurídico que é compatível com a condição. A aceitação e a renúncia da herança, por exemplo, não o são. Elas devem ser puras, não sendo subordinadas a qualquer condição.

13. De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que

- (A) os atos-fatos jurídicos não requerem capacidade do agente e, embora sejam atos humanos, entram no mundo jurídico como simples fatos.
- (B) os atos jurídicos *stricto sensu* não requerem capacidade do agente, e produzem efeitos jurídicos independentemente de sua vontade.
- (C) o número de fatos reconhecidos como jurídicos pelo Direito é ilimitado.
- (D) os fatos ilícitos não entram no Mundo Jurídico.
- (E) o testamento não pode ser considerado um negócio jurídico por ser unilateral e produzir efeitos somente após a morte do declarante.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA

Os atos-fatos jurídicos são atos ou comportamentos humanos em que não houve vontade, ou, se houve, o direito não as considerou. Nos atos-fatos jurídicos a vontade não integra o suporte fático. É a lei que os faz jurídicos e atribui consequências ou efeitos, independentemente de estes terem sido queridos ou não.

Veja que no ato-fato jurídico, o ato humano é realmente da substância desse fato jurídico, mas não importa para a norma se houve, ou não, intenção de praticá-lo. Logo, eles não requerem a capacidade do agente, entrando no mundo jurídico como simples fatos.

Exemplo clássico: Compra e venda feita por uma criança. Ninguém discute que a criança, ao comprar o doce no boteco da esquina, não tem vontade direcionada à celebração do contrato de consumo. Melhor do que considerar, ainda que apenas formalmente, esse ato como negócio jurídico, portador de intrínseca nulidade por força da incapacidade absoluta do agente, é enquadrá-lo na noção de ato-fato jurídico, dotado de ampla aceitação social.

(B) INCORRETA.

Os atos jurídicos *stricto sensu* configuram-se quando houver objetivo de mera realização da vontade do titular de um determinado direito, não havendo a criação de instituto jurídico próprio para regular direitos e deveres, muito menos a composição de vontade entre as partes envolvidas.

A respeito dos atos jurídicos em sentido estrito, o art. 185 do atual Código Civil enuncia a aplicação das mesmas regras do negócio jurídico, no que couber. Nesse sentido, requerem sim capacidade.

(C) INCORRETA.

O direito não é capaz de regular toda realidade fática. A propósito, é até lícito celebrar negócios jurídicos atípicos.

(D) INCORRETA.

Como são espécies de fatos jurídicos, os fatos ilícitos são valorados juridicamente pelo direito.

(E) INCORRETA.

O testamento é um negócio jurídico unilateral.

14. Tendo em vista o direito civil brasileiro, no que se refere aos denominados deveres anexos, incidentes nos contratos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os deveres anexos de uma obrigação derivam exclusivamente da vontade das partes.
- (B) O contrato cria, para as partes, uma obrigação à qual elas estão sujeitas, não lhes sendo exigível o que não foi pactuado.
- (C) Ao incidir no contrato, o princípio da boa-fé objetiva determina deveres anexos de natureza obrigatória, embora não tenham sido pactuados pelas partes.
- (D) Os vocábulos obrigação e dever no plano do direito têm o mesmo significado.
- (E) A relação contratual é concebida, no plano do Código Civil de 2002, como sendo de natureza antagônica, logo, uma das partes tem direitos e a outra apenas deveres, podendo ser principais ou anexos.

17

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

A boa-fé objetiva, como uma exigência de conduta leal dos contratantes, se relaciona com os deveres anexos ou laterais de conduta, que são ínsitos a qualquer negócio jurídico, não havendo por isso mesmo, se quer a necessidade de previsão no instrumento negocial.

(B) INCORRETA.

Ora, o contrato é um negócio jurídico e, como tal, exige das partes a observância de deveres invisíveis, embora existentes, os chamados deveres anexos ou de proteção, dos quais se pode destacar o dever de lealdade e confiança recíprocos, o dever de assistência, o dever de informação, o dever de sigilo ou confidencialidade, entre outros.

(C) CORRETA.

O princípio da boa-fé objetiva consiste em um princípio vinculado a uma imprescindível regra de comportamento, umbilicalmente ligada à eticidade que se espera seja observada em nossa ordem social.

Seria uma exigência de conduta leal dos contratantes, estando relacionada com os deveres anexos ou laterais de conduta, que são ínsitos a qualquer negócio jurídico, não havendo por isso mesmo, a necessidade de previsão no instrumento negocial.

É em sua função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção que ela estabelece a observância de deveres invisíveis, embora existentes, os chamados deveres anexos ou de proteção, dos quais se pode destacar o dever de lealdade e confiança recíprocos, o dever de assistência, o dever de informação, o dever de sigilo ou confidencialidade, entre outros.

A quebra dos acenados deveres anexos gera o que vem se denominando de violação positiva do contrato, expressão também conhecida como “cumprimento defeituoso” ou “cumprimento imperfeito”.

(D) INCORRETA.

Obrigação é um termo mais restrito, aplicável à relação credor devedor, sendo o seu objeto a prestação, que via de regra é aplicável aos contratos. O dever é mais abrangente, como visto, indo além, o que nos remete novamente a boa-fé objetiva.

(E) CORRETA.

Vide comentários anteriores.

18

15. Com relação ao direito brasileiro, no tocante aos bens reciprocamente considerados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acessório não é alcançado pela sorte do principal.
- (B) Parte integrante e acessório são vocábulos sinônimos.
- (C) Os frutos e produtos só podem ser objeto de negócio uma vez separados do bem principal.
- (D) O tratamento da noção de pertença no Código Civil de 2002, confirma a regra de que o acessório segue o principal.
- (E) Segundo o disposto no Código Civil de 2002, o negócio jurídico celebrado a respeito de um bem principal só abrange as pertenças se houver manifestação expressa ou tácita das partes ou decorrer de dispositivo de lei.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

O art. 233 do CC, reforçando o princípio da gravitação jurídica, reafirma que o acessório segue o principal como regra, permitindo que as partes convençionem o contrário.

(B) INCORRETA.

As partes integrantes, na trilha dos escólios de Maria Helena Diniz, "são acessórios que, unidos ao principal, formam com ele um todo, sendo desprovidas de existência material própria, embora mantenham sua identidade".

(C) INCORRETA.

CC: Art. 95. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos **podem ser objeto de negócio jurídico.**

(D) INCORRETA.

Vide comentário alternativa ""E".

(E) CORRETA.

CC: Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

19

16. No que se refere à responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil Brasileiro de 2002, assinale a afirmativa correta.

(A) Abuso de direito gera responsabilidade civil fundada na culpa.

(B) Somente os atos ilícitos geram obrigação de indenizar.

(C) A responsabilidade civil tem como fundamento principal o risco e subsidiário a culpa.

(D) A prática de determinados atos lícitos pode gerar Responsabilidade Civil para o agente.

(E) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham obrigação de fazê-lo e disponham de meios para tanto.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS**(A) INCORRETA.**

Enunciado 37: A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa e fundamenta-se somente no critério objetivo-finalístico.

(B) INCORRETA.

Nos termos do atual Código Civil brasileiro, a responsabilidade civil extracontratual está baseada em dois alicerces: o ato ilícito e o abuso de direito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(C) INCORRETA.

A responsabilidade subjetiva é fundada na culpa do agente, conforme regra geral disposta nos arts. 186 e 187 c/c 927 do CC, que estabelece que “aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo (art. 927)”. A responsabilidade civil subjetiva está fundada na Teoria da Culpa.

A exigência da civilização contemporânea, segundo os defensores da ampliação da responsabilidade civil, seria a de que nenhum risco ficasse sem indenização, ampliando-se as hipóteses da responsabilidade civil objetiva, que dispensa a culpa, pois que está fundada no risco (Teoria do Risco).

(D) CORRETA.

No direito brasileiro, é possível que o dever de indenizar decorra não apenas da prática de ato ilícito, mas também em decorrência de ato lícito.

Segundo o STJ, nessas hipóteses, haveria a aplicação da Teoria do Sacrifício, segundo a qual “diante de uma colisão entre os direitos da vítima e os do autor do dano, estando os dois na faixa da licitude, o ordenamento jurídico opta por proteger o mais inocente dos interesses em conflito (o da vítima), sacrificando o outro (o do autor do dano)”.

(E) INCORRETA.

CC: Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

17. Relativamente à posse, é INCORRETO afirmar que o Código Civil vigente

(A) determina que, até prova contrária, a posse do imóvel faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

(B) possibilita a aquisição da posse por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

(C) permite a aquisição da posse por meio de representante da própria pessoa que aquela pretende.

(D) não admite que atos de mera permissão ou tolerância induzam a posse.

(E) veda ao sucessor singular unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA.

CC:

Art. 1.209. A posse do imóvel faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem.

(B) CORRETA.

CC: Art. 1.205. A posse pode ser adquirida:

(...)

II - por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

(C) CORRETA.

CC: Art. 1.205. A posse pode ser adquirida:

I - pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante;

(...)

(D) CORRETA.

CC: Art. 1.208. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

(E) INCORRETA.

CC: Art. 1.207. O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

21

18. Assinale a alternativa correta dentre as afirmações abaixo, tendo em consideração as disposições do Código Civil vigente a respeito da propriedade fiduciária.

(A) Se a dívida não for paga no vencimento, o devedor tem a faculdade, como depositário, de entregar a coisa ao credor.

(B) Impaga a dívida no vencimento, é válida a cláusula contratual que faculta ao proprietário fiduciário, por decisão unilateral, ficar com a coisa alienada em garantia.

(C) Vencida e não paga a dívida, vendida a coisa alienada pelo credor fiduciário e sendo insuficiente o produto daí resultante para saldar a dívida e as despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante.

(D) O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, somente antes do vencimento desta.

(E) O terceiro interessado que pagar a dívida se sub-rogará de pleno direito no crédito, mas não se sub-rogará na propriedade fiduciária.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

CC: Art. 1.363. Antes de vencida a dívida, o devedor, a suas expensas e risco, pode usar a coisa segundo sua destinação, sendo obrigado, como depositário:

I - a empregar na guarda da coisa a diligência exigida por sua natureza;

II - a entregá-la ao credor, se a dívida não for paga no vencimento.

(B) INCORRETA.

CC: Art. 1.365. É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Parágrafo único. O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.

(C) CORRETA.

CC: Art. 1.366. Quando, vendida a coisa, o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, continuará o devedor obrigado pelo restante.

(D) INCORRETA.

CC: Art. 1.365. É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Parágrafo único. O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.

(E) INCORRETA.

CC: Art. 1.368. O terceiro, interessado ou não, que pagar a dívida, se sub-rogará de pleno direito no crédito e na propriedade fiduciária.

Art. 349. A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.

19. À luz da legislação civil vigente, considere a seguinte situação-problema. Joana L. move contra o ex-cônjuge, Marcelo N., ação por meio da qual requer a guarda unilateral da filha comum, a menor Olívia. Para tanto, argumenta apenas que Marcelo N. renunciou tacitamente ao convívio com a menina ao contrair novas núpcias e aceitar

emprego na cidade vizinha. Tendo em conta os elementos do caso hipotético acima e que ambos os genitores estão aptos a exercer o poder familiar, o pedido de Joana L. será

(A) procedente porque as novas núpcias do pai resultam em perda do direito dele de ter consigo a filha menor.

(B) improcedente porque a guarda unilateral foi abolida no Direito Brasileiro.

(C) procedente caso Marcelo N. declare ao magistrado que não deseja a guarda de Olívia.

(D) improcedente porque, uma vez aptos a exercer o poder familiar, a guarda compartilhada se torna impositiva aos pais e melhor atende aos interesses da menor.

(E) procedente porque a aceitação de emprego na cidade vizinha é incompatível com a guarda compartilhada.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

Vide comentários item “C”.

(B) INCORRETA.

Vide comentários item “C”.

(C) CORRETA.

CC: Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser: (Redação dada pela Lei nº 11.698, de 2008).

(...)

§ 2º Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor. (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)”

(D) INCORRETA.

Vide comentários item “C”.

(E) INCORRETA.

Vide comentários item “C”.

20. Considerando o Código Civil vigente e o entendimento jurisprudencial majoritário, assinale a afirmativa correta a respeito da união estável.

(A) É impossível, sob qualquer hipótese, o reconhecimento da união estável quando ainda vigente o casamento.

(B) A parte poderá requerer a separação de corpos, comprovando sua necessidade, antes de mover a ação de dissolução de união estável.

(C) É possível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas ou concomitantes.

(D) A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Tabelionato de Notas.

(E) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

Ora, será possível a união estável, caso exista separação de corpos.

(B) CORRETA.

CC: Art. 1.562. Antes de mover a ação de nulidade do casamento, a de anulação, a de separação judicial, a de divórcio direto ou a de dissolução de união estável, poderá requerer a parte, comprovando sua necessidade, a separação de corpos, que será concedida pelo juiz com a possível brevidade.

(C) INCORRETA.

"A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1.723, parágrafo 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro". ARE 1045273.

(D) INCORRETA.

CC: Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil..

(E) INCORRETA.

CC: Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

21. As disposições do Código Civil vigente acerca do testamento permitem afirmar que

(A) não é aceitável que os cônjuges destinem metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição para estabelecer bem de família.

(B) não é admissível a instituição de condomínio edilício por testamento.

(C) é vedado constituir servidão por testamento.

(D) não é permitido reconhecer filhos havidos fora do casamento por meio de testamento.

(E) é defeso aos pais nomear tutor aos filhos por testamento.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA.

CC: Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.

Parágrafo único. O terceiro poderá igualmente instituir bem de família por testamento ou doação, dependendo a eficácia do ato da aceitação expressa de ambos os cônjuges beneficiados ou da entidade familiar beneficiada.

(B) INCORRETA.

CC: Art. 1.332. Institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar daquele ato, além do disposto em lei especial:

I - a discriminação e individualização das unidades de propriedade exclusiva, estremadas uma das outras e das partes comuns;

II - a determinação da fração ideal atribuída a cada unidade, relativamente ao terreno e partes comuns;

III - o fim a que as unidades se destinam.

(C) INCORRETA.

CC: Art. 1.378. A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

(D) INCORRETA.

CC: Art. 1.610. O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.

(E) INCORRETA.

CC: Art. 1.729. O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto.

Parágrafo único. A nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.

22. Os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos serão inscritos no

- (A) Registro de Imóveis.
- (B) Registro de Títulos e Documentos.
- (C) Tabelionato de Notas.
- (D) Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- (E) Registro de Distribuição.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA.

Vide comentários item “D”

(B) INCORRETA.

Vide comentários item “D”

(C) INCORRETA.

Vide comentários item “D”

(D) CORRETA.

CC: Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

(...)

V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

(...)

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(E) INCORRETA.

Vide comentários item “D”

23. Assinale a afirmativa correta sobre tutela provisória.

(A) Conforme o texto do CPC/2015, a assim chamada “tutela cautelar” pode fundamentar-se em situação de urgência ou na evidência do direito subjetivo acautelado.

(B) A tutela da evidência e o julgamento antecipado parcial do mérito são formas de tutela provisória: em ambos os casos, a decisão judicial está baseada em cognição sumária, não faz coisa julgada e pode ser revogada a qualquer tempo.

(C) No novo CPC, não há nenhuma previsão de cautelares típicas, podendo o juiz, em cada situação, criar medida assegurativa que julgar mais adequada.

(D) O novo CPC conservou a autonomia procedimental das medidas cautelares. Por isso, cuidando-se de ação cautelar antecedente, o requerente terá 15 dias (ou outro prazo maior que lhe seja concedido) para ajuizar a ação principal, devendo fazê-lo por meio de nova petição inicial.

(E) A existência de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, aliada à probabilidade do direito e à prova documental dos seus fatos constitutivos, autoriza a formulação de pedido de tutela da evidência, o que também é cabível contra a fazenda pública.

27

RESPOSTA: E

A questão foi abordada na RODADA 4.

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. O CPC/2015 criou um sistema de tutela provisória que contém duas espécies: a tutela de urgência, que é aquela que resolve uma crise de perigo, sendo, portanto, concedida apenas nos casos em que a espera da tutela jurisdicional definitiva puder tornar ineficaz o direito pretendido, sendo, assim, imprescindível para a sua concessão a comprovação do *periculum in mora*; e a tutela da evidência que antecipa a satisfação do direito, independentemente de eventual perigo ocasionado pelo decurso do tempo, em razão da evidência do direito alegado pela parte. A tutela de urgência se divide em duas subespécies: a tutela cautelar e a tutela antecipada. A tutela de urgência antecipada antecipa a satisfação fática do direito tutelado no processo e a tutela de

urgência cautelar assegura o resultado útil e eficaz do processo por mecanismos de acautelamento do direito. Desse modo, a alternativa encontra-se incorreta por considerar como fundamento da tutela cautelar a evidência do direito acautelado.

(B) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta ao dispor que o julgamento antecipado parcial do mérito é uma forma de tutela provisória. Diferente da tutela provisória que é concedida em cognição sumária, não fazendo, assim, coisa julgada, e pode ser revogada a qualquer tempo, o julgamento antecipado parcial do mérito é proferido com base em cognição exauriente, fazendo coisa julgada caso não seja interposto o recurso de agravo de instrumento contra a decisão (art. 356 CPC/2015).

(C) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, tendo em vista que o art. 301 do CPC/2015 elenca uma série de cautelares típicas. Além disso, o CPC/2015 prever procedimentos de natureza cautelar como: a produção antecipada de prova (arts. 381), a exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404), a homologação do penhor legal (arts. 703 a 706), e as notificações, interpelações e protestos, tratadas como procedimentos de jurisdição voluntária (arts. 726 a 729).

(D) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, visto que os art. 305 ao 308 do CPC/2015 que regulam o procedimento de tutela cautelar requerida em caráter antecedente estabelecem que, após a efetivação da tutela cautelar, o autor terá o prazo de 30 dias para formular o pedido principal nos mesmos autos, não havendo, portanto, um encerramento do processo, mas apenas a complementação da petição inicial.

Art. 305 CPC/2015 - A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Art. 308 CPC/2015 - Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

(E) CORRETA. A alternativa encontra-se correta por dispor o previsto nos arts. 311, inciso II, e 1.059 do CPC/2015.

Art. 311 CPC/2015 - A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

Art. 1.059 CPC/2015 - À tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública aplica-se o disposto nos arts. 1º a 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e no art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.

24. Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito dos recursos cíveis ordinários.

(A) Conforme assentado pelo STJ, a propósito da interpretação do art. 1.015, caput, do CPC, a decisão relativa à alegação de incompetência pode ser imediatamente impugnada por agravo de instrumento, visto tratar-se de assunto urgente.

(B) Conforme a sistemática do novo CPC, a decisão que indefere a produção de prova testemunhal deverá ser impugnada por meio de recurso de apelação ou em contrarrazões, interpostos, no prazo legal, após a prolação da sentença.

(C) Conforme a sistemática do novo CPC, em se tratando de recurso de apelação parcial, é vedado ao Tribunal examinar questões de ordem pública, como a ilegitimidade de parte, em relação a capítulo autônomo não impugnado da sentença.

(D) De acordo com o sistema do novo CPC e a interpretação que lhe tem conferido o STJ, devem ser impugnadas por meio de apelação tanto a decisão que julga procedente a primeira fase da ação para exigir contas quanto a decisão que julga improcedente essa ação ou que extingue o seu processo sem resolução do mérito.

(E) A decisão que determina a correção do valor da causa e a complementação das custas iniciais não desafia agravo de instrumento nem se sujeita, imediatamente, à preclusão. Assim, no caso de procedência da demanda, pode o autor rediscutir essa questão nas contrarrazões ao apelo do réu.

29

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. A Corte Especial do STJ, ao enfrentar a questão da interpretação do rol do art. 1.015 do CPC fixou tese, em sede de recurso repetitivo, de que “o rol do 1.015 é de taxatividade mitigada, cabendo agravo de instrumento quando há urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação (STJ. Corte Especial.

REsp 1.704.520-MT, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 05/12/2018 (recurso repetitivo) - Info 639). Uma das hipóteses em que o STJ reconhece o cabimento do agravo de instrumento é em face da decisão que define a competência (STJ. Corte Especial. EREsp 1.730.436-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 18/08/2021 (Informativo 705).

(B) CORRETA. A alternativa encontra-se correta ao dispor o entendimento do STJ de que: as decisões interlocutórias sobre a instrução probatória não são impugnáveis por agravo de instrumento ou pela via mandamental, sendo cabível a sua impugnação diferida pela via da apelação (STJ. 2ª Turma. RMS 65.943-SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 26/10/2021 - Informativo 715).

(C) CORRETA. A alternativa encontra-se correta, pois expressa o disposto no §1º do art. 1.013 do CPC/2015, em que se limita a análise do tribunal, no recurso de apelação, a somente o que estiver relacionado ao capítulo impugnado, mesmo que se trate de matéria de ordem pública. Na apelação, o efeito devolutivo deve ser examinado em duas dimensões: quanto a extensão (dimensão horizontal) e quanto a profundidade (dimensão vertical). A extensão significa delimitar o que será submetido, por força da interposição do recurso, ao julgamento do órgão *ad quem*. Portanto, os capítulos da decisão que não forem objeto de impugnação no recurso não poderão ser objeto de apreciação pelo tribunal, pois estarão acobertados pelo manto da coisa julgada, mesmo que, com relação ao capítulo não impugnado, haja matéria de ordem pública. Nesse sentido, é também a jurisprudência do STJ: “a extensão do efeito devolutivo da apelação é definida pelo pedido do recorrente e qualquer julgamento fora desse limite não pode comprometer a efetividade do contraditório, ainda que se pretenda aplicar a teoria da causa madura” (STJ. 4ª Turma. REsp 1.909.451-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 23/03/2021 - Info 690). Já a dimensão vertical é entendida como a profundidade da devolução. Dessa forma, dentro do capítulo impugnado pelo recorrente, o tribunal poderá analisar todos os fundamentos, questões e alegações relativas àquela matéria, ainda que eles não tenham sido objeto de recurso pela parte.

(D) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, visto que a jurisprudência do STJ é no sentido de que cabe agravo de instrumento contra a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, condenando o réu a prestar as contas exigidas,

pois essa decisão não gera o encerramento do processo (arts. 550, § 5º, e 1.015, II). Por outro lado, se a decisão extinguir o processo, com ou sem resolução de mérito (arts. 485 e 487), aí sim haverá sentença e o recurso cabível será a apelação (STJ. 4ª Turma. REsp 1.680.168-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, Rel. Ac. Min. Raul Araújo, julgado em 09/04/2019 - Informativo 650).

(E) CORRETA. A alternativa encontra-se correta, uma vez que as matérias referentes ao valor da causa e determinação de custas não estão presentes no rol do art. 1.015 do CPC/2015. Portanto, não estão sujeitas a preclusão podendo o autor, em caso de procedência da demanda, rediscutir essas questões nas contrarrazões de eventual apelação interposta pelo réu, nos termos do §1º do 1.009 do CPC/2015.

25. Assinale a afirmativa correta a respeito dos recursos excepcionais.

(A) O novo CPC consagrou o trânsito de recursos entre o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Assim, considerando como reflexa a ofensa à Constituição Federal afirmada no recurso extraordinário, o STF remetê-lo-á ao STJ para julgamento como recurso especial.

(B) É cabível a interposição de recurso especial quando a decisão recorrida contrariar enunciado de súmula de tribunal superior ou de regimento interno de tribunal, bem como quando a decisão der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído órgão colegiado do mesmo tribunal que a proferiu.

(C) Se o acórdão do tribunal local negou provimento à apelação, aduzindo fundamentos decorrentes da legislação federal e da Constituição Federal, é viável ao prejudicado interpor apenas o recurso especial, a fim de discutir, no STJ, ofensa à lei federal, não sendo necessário o protocolo também de recurso extraordinário.

(D) Conforme a sistemática do novo CPC, o requerimento de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial ou recurso extraordinário deve ser formulado por meio de medida cautelar inominada, diretamente ao respectivo tribunal superior, independentemente do juízo de admissibilidade na origem.

(E) Os recursos excepcionais não podem ser admitidos quando constatada pretensão ao reexame de provas constantes dos autos, nem quando se discutir o errôneo enquadramento jurídico do fato cuja existência já foi verificada pelo tribunal a quo.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. Art. 1.033 CPC - Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, remetê-lo-á ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento como recurso especial.

(B) INCORRETA. Súmula 518-STJ - Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.

Súmula 399-STF - Não cabe recurso extraordinário (especial), por violação de Lei Federal, quando a ofensa alegada for a regimento de tribunal. O STJ possui o mesmo entendimento: “Inviável a análise, em recurso especial, do preceito regimental, pois não se enquadra no conceito de lei federal, por aplicação analógica da Súmula 399/STF” (REsp 1316889/RS, julgado em 19/09/2013).

(C) INCORRETA. Súmula 126 STJ - É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

(D) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, uma vez que contraria o disposto no §5º do art. 1.029 do CPC/2015.

Art. 1.029, § 5º, do CPC/2015 - O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por **requerimento** dirigido:

I - ao **tribunal superior** respectivo, no período compreendido entre a interposição do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

I – ao **tribunal superior** respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao **relator**, se já distribuído o recurso;

III – ao **presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido**, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão

do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037.

(E) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, pois, nos termos das súmulas número 7 do STJ e 279 do STF, não é cabível o reexame de provas nos recursos extraordinários. Contudo, conforme a jurisprudência do STJ, é cabível discutir, em sede de recurso especial, o errôneo enquadramento jurídico do contexto fático realizado pelo tribunal *a quo* (STJ. 1ª Turma. REsp 1.125.661-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 27/3/2012).

26. Assinale a afirmativa correta sobre o sistema de precedentes instituído pelo novo CPC.

(A) Os precedentes são orientações persuasivas editadas por quaisquer tribunais, podendo o juiz, em um determinado processo, deixar de apreciá-los e de segui-los, ainda quando forem invocados pela parte interessada.

(B) Todas as manifestações e raciocínios expostos na fundamentação do acórdão são igualmente importantes e constituem precedentes, devendo ser obedecidos pelos órgãos judiciais hierarquicamente inferiores em casos futuros.

(C) Os precedentes são vinculantes, mas o juiz pode deixar de aplicar um determinado precedente mediante demonstração de que o caso sob julgamento é essencialmente distinto do caso que ensejou a elaboração daquele precedente.

(D) Os precedentes são normas jurídicas concretas vinculantes que decorrem do dispositivo do acórdão, juntamente com a coisa julgada, bastando, ao juiz, no momento de aplicá-los, transcrever a respectiva ementa em sua decisão.

(E) A doutrina majoritária formada a partir do CPC/2015 tem afirmado que o precedente consiste na única interpretação correta conferida, pelo tribunal superior, a determinado texto normativo. Por isso, e em razão da segurança jurídica, o precedente pode e deve ser aplicado retroativamente a casos ocorridos antes de sua formação.

33

RESPOSTA; C

Questão passível de recurso. O gabarito preliminar apontou a alternativa C como correta.

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, tendo em vista que o CPC/2015 trouxe em seu art. 927 os precedentes vinculantes. Portanto, a partir do CPC/2015, há uma diferenciação entre precedente vinculante e precedente persuasivo, pois aqueles já nascem como precedentes e são de observância obrigatória, enquanto estes se tornam precedentes a partir do momento em que são utilizados para fundamentar outros julgamentos e não possuem força vinculante, podendo ou não serem aplicados na prática. Desse modo, nem todo precedente é persuasivo conforme disposto na alternativa (Neves, Daniel Amorim Assumpção, Código de Processo Civil Comentado, 5. Ed., 2020, pg. 1609). Este entendimento é corroborado pela própria jurisprudência do STJ que afirma que a regra prevista no art. §1º, inciso VI, do art. 489 do CPC, que determina que o juiz deverá se pronunciar sobre precedente invocado pela parte, somente se aplica às súmulas ou precedentes vinculantes, mas não às súmulas e aos precedentes apenas persuasivos, como, por exemplo, os acórdãos proferidos por Tribunais de 2º grau distintos daquele a que o julgador está vinculado (STJ. 3ª Turma. REsp 1.698.774-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 01/09/2020 -Informativo 679).

(B) INCORRETA. Conforme explica a doutrina, a “*ratio decidendi*” é o núcleo da decisão, contendo os seus principais fundamentos, sendo, portanto, o que constitui o precedente e, nos casos de precedente vinculante, possui efeito vinculante. Por sua vez, a “*obiter dictum*” é tudo aquilo dito de passagem na fundamentação, não se prestando a alterar o julgamento do caso. Por não serem essenciais ao resultado do precedente, os fundamentos “*obiter dictum*” não fazem parte do precedente e não possuem efeito vinculante, nos casos de precedente vinculante (Didier Jr., Fredie, Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada, processo estrutural e tutela provisória, 16. Ed., 2021, pg. 571 a 574).

(C) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta ao dispor que os precedentes são vinculantes, tendo em vista que, a partir do CPC/2015, há uma diferenciação entre precedente vinculante e precedente persuasivo, pois aqueles já nascem como precedentes e são de observância obrigatória, enquanto estes se tornam precedentes a partir do momento em que são utilizados para fundamentar outros julgamentos e não possuem força vinculante, podendo ou não serem aplicados na prática. Desse modo,

nem todo precedente é vinculante conforme disposto na alternativa (Neves, Daniel Amorim Assumpção, Código de Processo Civil Comentado, 5. Ed., 2020, pg. 1609). Enunciado 315 do FPPC - Nem todas as decisões formam precedentes vinculantes. Este entendimento é corroborado pela própria jurisprudência do STJ que afirma que a regra prevista no art. §1º, inciso VI, do art. 489 do CPC, que determina que o juiz deverá se pronunciar sobre precedente invocado pela parte, somente se aplica às súmulas ou precedentes vinculantes, mas não às súmulas e aos precedentes apenas persuasivos, como, por exemplo, os acórdãos proferidos por Tribunais de 2º grau distintos daquele a que o julgador está vinculado (STJ. 3ª Turma. REsp 1.698.774-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 01/09/2020 -Informativo 679). O restante da alternativa está correto, nos termos do previsto no art. §1º, inciso VI, do art. 489 do CPC, que determina que o juiz pode deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, desde que demonstre a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

(D) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, nos termos do disposto no §1º, inciso V, do CPC/2015, que considera não fundamentada a decisão judicial que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos. Dessa forma, não basta para se considerar fundamentada a decisão judicial a transcrição pelo juiz da respectiva ementa do precedente.

(E) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, tendo em vista que a figura do juiz Hércules, de Ronald Dworkin, de que o juiz em sua decisão confere a única interpretação correta possível, não é majoritariamente aceito na doutrina processualista brasileira. Ademais, o art. 927, inciso V, do CPC/2015 estabelece caso de precedente formado por tribunal não superior. Além disso, em razão da segurança jurídica, não há a aplicação retroativa do precedente (Neves, Daniel Amorim Assumpção, Código de Processo Civil Comentado, 5. Ed., 2020, pg. 1607).

27. Assinale a afirmativa correta, levando em conta a disciplina dos procedimentos especiais no novo CPC.

(A) Tratando-se de ações de família, o réu será citado para comparecer à audiência de mediação e conciliação, que poderá ser dispensada, a requerimento do réu, após o exame da cópia da petição inicial que instrui o respectivo mandado de citação.

(B) O novo CPC prevê a circulação das técnicas diferenciadas que caracterizam os procedimentos especiais, mesmo que os pedidos cumulados aos quais corresponderiam diferentes procedimentos tramitem de acordo com as regras do procedimento comum.

(C) O ajuizamento de ação monitória contra a fazenda pública só é admissível para obtenção do pagamento de quantia em dinheiro, caso em que não se aplicam as regras do CPC relativas à remessa necessária.

(D) Na ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz expedirá mandado determinando a citação do réu para cumprir a obrigação de fazer ou não fazer, caso em que poderão ser oferecidos embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado até que ocorra o trânsito em julgado da sentença.

(E) No procedimento especial da dissolução parcial de sociedades, o CPC exige a citação dos sócios e também da sociedade, cuja presença no polo passivo é necessária ainda que todos os sócios integrem a demanda.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. Art. 695 CPC/2015 - Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.

§ 1º O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar **desacompanhado de cópia da petição inicial**, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.

(B) CORRETA. Art. 327, §2º, CPC/2015 - Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o **procedimento comum**, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

(C) INCORRETA. O art. 700 do CPC/2015, que trata das hipóteses de cabimento da ação monitória, dispõe que esta é admissível para o pagamento de quantia em dinheiro, entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel e para o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. O § 6º, deste disposto legal, prever

a admissibilidade da ação monitória em face da Fazenda Pública, sem estabelecer a limitação de que apenas é cabível para fins de pagamento de quantia em dinheiro.

(D) INCORRETA. Art. 702, §4º, CPC/2015 - A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau.

(E) INCORRETA. Art. 601, Parágrafo único, CPC/2015 - A sociedade **não será citada se todos os seus sócios o forem**, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.

28. Considere ter ocorrido a propositura de ação popular por Ágata e Antônia, cidadãs porto-alegrenses, contra ato da Prefeitura Municipal de Uruguaiana. A ação tem por objetivo fomentar a preservação de patrimônio artístico- cultural da cidade interiorana. Pode-se afirmar que

(A) o litisconsórcio ativo formado é facultativo e unitário.

(B) o litisconsórcio ativo formado é necessário e simples.

(C) o litisconsórcio ativo formado é facultativo e simples

(D) o litisconsórcio ativo formado é necessário e unitário.

(E) não há formação de litisconsórcio ativo, considerando- se a ocorrência de ilegitimidade ativa.

37

RESPOSTA: A

[A questão foi abordada na RODADA 1 da turma de reta final TJ-RS.](#)

COMENTÁRIOS

COMENTÁRIO COMUM A TODAS AS ASSERTIVAS – O litisconsórcio na ação popular é facultativo, tendo em vista que pode ou não se formar, e unitário, pois a decisão deve ser uniforme, não se admitindo julgamento diverso em face de cada litisconsorte, em virtude da incidibilidade da relação jurídica pleiteada.

29. Assinale a afirmativa correta, considerando as implicações do ônus da prova, envolvendo ações de caráter patrimonial e de ordem civil.

(A) Por ser a instrução matéria de ordem pública, apenas no curso do processo é que poderá haver convenção processual sobre o ônus da prova, sendo o negócio sujeito à prévia homologação judicial para ter eficácia.

(B) A jurisprudência dos tribunais superiores consolidou-se no sentido de que, sendo o ônus da prova uma regra de julgamento, ele pode ser redistribuído ex officio, inclusive no momento da prolação da sentença.

(C) As regras de ônus da prova são aplicáveis na ausência de prova sobre os fatos e também quando não houver prova sobre o direito local aplicável.

(D) A distribuição dinâmica do ônus da prova não pode ser aplicada em processos que envolvam relação de consumo, tendo em vista a existência de regramento próprio para a matéria.

(E) A decisão de saneamento e organização do processo que redistribui o ônus da prova dinamicamente (Art. 373, §1º, do CPC/2015) deve ser recorrida na apelação ou nas contrarrazões (Art. 1.009, §1º, do CPC/2015).

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

38

(A) INCORRETA. Art. 373, § 3º, CPC - A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes... § 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada **antes** ou durante o processo.

(B) INCORRETA. A alternativa encontra-se incorreta, tendo em vista que a jurisprudência do STJ se consolidou no sentido de que ônus da prova é uma regra de instrução e não de julgamento, devendo a sua inversão preceder a fase probatória, sendo realizada de preferência no saneamento do processo ou, quando excepcionalmente realizada após esse momento procedimental, deverá ser reaberta a instrução para a parte que recebe o ônus da prova caso pretenda produzir provas (REsp 422.778-SP – Informativo 492 do STJ).

(C) CORRETA. O ônus da prova é o encargo que se atribui as partes de provarem as suas alegações de fato. Portanto, trata-se de regra que atribui a partes o ônus de suportar a falta de prova de um determinado fato. Ao decidir, o magistrado irá analisar se as partes juntaram aos autos provas que sirvam para elucidar os fatos controvertidos. Caso não tenham sido produzidas provas suficientes, o juiz deverá aplicar as regras do ônus da prova previstas no art. 373 do CPC/2015 e verificar quem tinha o ônus de provar o fato

não demonstrado. O art. 376 do CPC/2015 prever que cabe a parte que alegar direito local provar-lhe o teor e a vigência.

(D) INCORRETA. O próprio CDC prever a distribuição dinâmica do ônus da prova em seus arts. 6º, VIII, 12, § 3º, 14, § 3º e no art. 38 do CDC.

(E) INCORRETA. Art. 1.015 CPC/2015 - Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

30. A Corte Especial do STJ, no EAREsp nº 600.811/SP, recentemente julgou questão que envolvia antiga e polêmica questão processual envolvendo o conflito de coisas julgadas. Venceu o entendimento do Relator Og. Fernandes, no sentido de que "se deve privilegiar a coisa julgada que por último se formou – enquanto não desconstituída por ação rescisória –, eis que, sendo posterior, tem o condão de suspender os efeitos da primeira decisão". Partindo do julgado e avançando sobre outras consequências do entendimento definido, qual das assertivas abaixo representa afirmação correta sobre a rescindibilidade de coisa julgada?

(A) Independentemente do fundamento, não cabe ação rescisória contra a decisão que primeiro transitou em julgado, mesmo se desconstituída a segunda coisa julgada formada.

(B) A decisão que transitou em julgado por último poderá ser rescindida, entre outros eventuais motivos, por violação da coisa julgada anterior.

(C) Decisão terminativa que afirma a existência de coisa julgada anterior não será rescindível, dado que não condiz com julgamento meritório.

(D) Na ação rescisória contra a decisão que transitou em julgado por último não é cabível o deferimento de tutela provisória.

(E) Aplica-se o entendimento do EAREsp nº 600.811/SP, ainda que a coisa julgada tenha se formado em processos envolvendo partes distintas.

39

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. Conforme o entendimento do STJ exposto no enunciado da questão, havendo conflito entre sentenças transitadas em julgado deve valer a coisa julgada formada por último, enquanto não invalidada por ação rescisória (STJ. Corte Especial.

EAREsp 600811/SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 04/12/2019). Portanto, é cabível ação rescisória em face da primeira decisão transitada em julgado caso a segunda seja desconstituída, estejam presentes alguma das hipóteses de cabimento previstas no art. 966 do CPC/2015 e seja proposta dentro do prazo legal disposto no art. 975 do CPC/2015.

(B) CORRETA. Art. 966 CPC/2015 - A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: IV - ofender a coisa julgada;

(C) INCORRETA. Conforme disposto no §2º do art. 966, decisões terminativas podem ser objeto de ação rescisória em casos específicos.

Art. 966, § 2º, CPC/2015 - Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça:

I - nova propositura da demanda; ou

II - admissibilidade do recurso correspondente.

(D) INCORRETA. Art. 969 CPC/2015 - A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, **ressalvada a concessão de tutela provisória.**

(E) INCORRETA. Conforme disposto no §1º do art. 337 do CPC/2015, só há a formação de coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. Contudo, a ação só é considerada idêntica a outra anteriormente ajuizada quando possui as **mesmas partes**, nos termos do §2º do art. 337 do CPC/2015.

40

31. Assinale a afirmativa correta acerca das diferentes modalidades de ações coletivas previstas no ordenamento brasileiro.

(A) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por indivíduo representando coletividade da qual seja integrante.

(B) O Ministério Público tem legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutelado possua relevante natureza social.

(C) Tratando-se de direitos difusos, a legitimidade ativa do Ministério Público, na ação civil pública, é concorrente e não disjuntiva.

(D) Não é cabível ação civil pública para reparação de danos passíveis de proteção por ação popular.

(E) A propositura de ação popular deve ser previamente autorizada pelo Ministério Público

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. Art. 21 Lei 12.016/2009 - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

(B) CORRETA. O entendimento consolidado do STJ é de que o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutela possua relevante natureza social.

Súmula 601 do STJ - O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.

O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública objetivando a liberação do saldo de contas PIS/PASEP, na hipótese em que o titular da conta – independentemente da obtenção de aposentadoria por invalidez ou de benefício assistencial – seja incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, bem como na hipótese em que o próprio titular da conta ou quaisquer de seus dependentes for acometido das doenças ou afecções listadas na Portaria Interministerial MPAS/MS 2.998/2001, uma vez que, nos termos do artigo 127 da Constituição, o Ministério Público tem legitimidade para a defesa de direitos individuais homogêneos, **mesmo que disponíveis, desde que EVIDENCIADO RELEVANTE INTERESSE SOCIAL** do bem jurídico tutelado, atrelado à finalidade da

41

instituição (REsp 1.480.250–RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 18/8/2015, DJe 8/9/2015 - Informativo 568).

O Ministério Público possui legitimidade ativa para postular em juízo a defesa de direitos transindividuais de consumidores que celebram contratos de compra e venda de imóveis com cláusulas pretensamente abusivas, tendo em vista que, **em que pese não se trate de um direito indisponível, enquadra-se como um INTERESSE SOCIAL RELEVANTE**, ao qual compete o Ministério Público proteger, conforme artigo 127 da Constituição (REsp 1.378.938-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, por unanimidade, julgado em 20/06/2018, DJe 27/06/2018 – Informativo 629; REsp 1.573.723-RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por maioria, julgado em 10/12/2019, DJe 13/12/2019 – Informativo 662).

(C) INCORRETA. A legitimidade do Ministério Público para a propositura da ação civil pública é concorrente e disjuntiva, tendo em vista que os legitimados podem propor a ação separadamente ou em conjunto, tratando-se, portanto, de litisconsórcio facultativo.

(D) INCORRETA. Art. 1º da Lei 7.347/85 - Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: VIII – ao patrimônio público e social.

(E) INCORRETA. O Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica na ação popular, nos termos do §4º do art. 6º da Lei 4.717/65. Contudo, não é necessária a sua autorização para a propositura da ação popular pelo cidadão.

42

32. Acerca do cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta.

(A) Enquanto a impugnação ao cumprimento de sentença estiver pendente de julgamento, em regra, admite-se a penhora de bens, mas não a realização de atos expropriatórios.

(B) Não é cabível objeção de executividade, independentemente do fundamento, se a impugnação ao cumprimento de sentença anterior for julgada improcedente.

(C) Em se tratando de direitos indisponíveis, o cumprimento de sentença por quantia certa pode ter início por impulso oficial, mediante a intimação do executado para que cumpra o julgado.

(D) O prazo de cumprimento da obrigação de fazer possui natureza processual, devendo ser contado em dias úteis.

(E) É recorrível, por agravo de instrumento, o ato judicial que determina a intimação do devedor para o pagamento de quantia certa, quando o requerimento de cumprimento de sentença não cumpre as formalidades exigidas na lei processual.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. Art. 525, § 6º, CPC/2015 - A apresentação de impugnação **não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação**, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

(B) INCORRETA. A objeção de executividade, prevista no art. 518 do CPC/2015, pode ser interposta mesmo no caso de improcedência de anterior impugnação ao cumprimento de sentença, tendo em vista que o referido dispositivo legal não faz esta vinculação.

Art. 518 CPC/2015 - Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.

(C) INCORRETA. O §1º do art. 513 do CPC exige a iniciativa da parte para o início da fase de cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, afastando o princípio do impulso oficial, de forma que, mesmo não sendo iniciado um novo processo, mas uma mera fase procedimental, o juiz não poderá atuar de ofício.

Art. 518, §1º, CPC/2015 - O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, **far-se-á a requerimento do exequente.**

(D) CORRETA. Conforme a jurisprudência do STJ, o prazo de cumprimento da obrigação de fazer possui **natureza processual**, devendo ser contado em **dias úteis** (STJ. 2ª Turma. REsp 1.778.885-DF, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 15/06/2021 - Info 702).

(E) INCORRETA. Conforme a jurisprudência do STJ, sob a égide do Código de Processo Civil de 2015, é **irrecorrível** o ato judicial que determina a intimação do devedor para o pagamento de quantia certa (STJ. 3ª Turma. REsp 1.837.211/MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 09/03/2021 - Informativo 688).

DIREITO DO CONSUMIDOR

33. Considere as afirmações abaixo, segundo a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

I - As técnicas de interpretação do Código de Defesa do Consumidor devem levar em conta os objetivos e princípios da Política Nacional de Relações de Consumo em que se inserem, dentre outros, o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, o reconhecimento de sua vulnerabilidade no mercado de consumo, a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé, na harmonia das relações de consumo e no equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.

II - Por via do conceito legal da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

III - Constitui direito fundamental do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, que se dá pela obrigatória inversão do ônus da prova a que o juiz fica vinculado e pela modificação ou revisão de cláusulas contratuais que estabeleçam, a critério do juiz, no uso de sua experiência ou prerrogativa jurisdicional de verossímil convencimento, prestações desproporcionais, ou razoavelmente onerosas ao consumidor, independentemente de sua condição financeira.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.

(D) Apenas II e III.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: C

O assunto da questão foi tratado na aula de Revisão de Véspera e no material da turma de reta final TJ-RS.

COMENTÁRIOS

I – CORRETA

De acordo com o art. 4º, *caput*, e incisos do CDC, são objetivos e princípios da Política Nacional das relações de consumo:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por **objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança**, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes **princípios**

I - **reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;**

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - **harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;**

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

45

- VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;
- VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

Assertiva correta, então, de acordo com o art. 4º, *caput* e incisos I e III.

II – CORRETA

É exatamente o teor do art. 12, *caput*, do CDC:

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

III - INCORRETA

A inversão *ope judicis* do ônus da prova em favor do consumidor, como um direito básico previsto no art. 6º, VIII, do CDC, é uma **possibilidade de acordo com o caso concreto**, à vista da análise do magistrado quanto ao preenchimento de um dos requisitos facultativos.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Ademais, a segunda parte da assertiva também está incorreta, tendo em vista que, uma vez preenchidos os requisitos, o direito de revisão ou modificação das cláusulas contratuais é um direito subjetivo do consumidor, e não uma escolha ao alvedrio do julgador.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

46

34. Considere as afirmações abaixo, segundo a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

I - Tendo em vista o reconhecimento, pela ordem jurídica brasileira, das peculiaridades e tradições consumeiristas de cada nação, os direitos previstos no Código do

Consumidor excluem a eficácia de outros eventualmente previstos em tratados ou convenções internacionais.

II - Tendo em vista o caráter público e indisponível, os direitos do consumidor, cujo rol é taxativo, serão sempre definidos em lei ordinária.

III - Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

IV - A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos ou interesses ou direitos individuais homogêneos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

RESPOSTA: C

[O assunto da questão foi no material da turma de reta final TJ-RS.](#)

COMENTÁRIOS

I – INCORRETA

Nos termos do art. 7º do CDC, os direitos previstos neste diploma **não excluem** outros:

Art. 7º Os direitos previstos neste código **não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.**

II – INCORRETA

O rol de direitos básicos do consumidor, estabelecido no art. 6º do CDC, é meramente exemplificativo, como bem denota o art. 7º supra transcrito, o qual inclusive prevê a possibilidade de direitos serem estabelecidos em normas administrativas.

III – CORRETA

A responsabilidade consumerista é, em regra solidária, conforme estabelecido pelo parágrafo único do art. 7º.

Art. 7º

Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

IV – CORRETA

É o que dispõe o parágrafo único do art. 81 do CDC.

35. Considere as afirmações abaixo sobre direito do consumidor.

I - Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça acerca dos contratos de seguro de saúde, a recusa de cobertura securitária sob a alegação de doença preexistente é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

II - Também com base em entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor é inaplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

III - Segundo o Código de Defesa do Consumidor, os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a prestar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: D

O assunto da questão foi tratado na aula de Revisão de Véspera e no material da turma de Reta Final.

COMENTÁRIOS

I – CORRETA

É o exato teor da Súmula 609 do STJ: A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

II – INCORRETA

A Súmula 602 do STJ diz justamente o contrário: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

III – CORRETA

Conforme art. 8º, *caput*, do CDC:

Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

49

36. Com relação ao campo de aplicação subjetiva do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

(A) De acordo com a teoria finalista, o destinatário final é o destinatário fático do produto ou serviço, ou seja, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome.

(B) De acordo com a teoria maximalista, o destinatário final é o destinatário fático do produto ou serviço, ou seja, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome.

(C) De acordo com a teoria maximalista, o destinatário final abrange toda coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

(D) Os defensores do finalismo mitigado admitem a presunção de vulnerabilidade apenas nos casos de pessoas físicas destinatárias finais dos produtos e serviços.

(E) A noção de consumidor equiparado abrange as pessoas jurídicas que comprovem ser vulneráveis, desde que atuando fora do âmbito de sua especialidade.

RESPOSTA: B

O assunto da questão foi tratado no material da turma de Reta Final.

COMENTÁRIOS

Consumidor é:

- pessoa física ou pessoa jurídica;
- que adquire ou utiliza produto e/ou serviço;
- como **destinatário final**.

Entretanto, o desafio dos operadores do Direito reside justamente em definir o que seja “destinatário final”. Há duas grandes teorias que se propõem a definir a expressão:

a) **Teoria maximalista (objetiva)**: é o destinatário fático, aquele que retira o produto/serviço do mercado de consumo (não importando se será revendido, empregado profissionalmente ou diretamente consumido).

b) **Teoria minimalista ou finalista (subjetiva)**: é o destinatário fático e econômico do produto/serviço, ou seja, não basta o consumidor retirar o bem da cadeia de produção, também deve empregá-lo para atender necessidade pessoal ou familiar (e não revender ou empregar profissionalmente).

- Destinatário final fático - refere-se à posição do consumidor na cadeia de consumo. Assim, o consumidor deve ser o último nesta cadeia, não havendo ninguém na transmissão do produto ou do serviço.

- Destinatário final econômico - o consumidor não utiliza o produto ou o serviço para o lucro, repasse ou transmissão onerosa.

Teoria Maximalista ou objetiva	Teoria Minimalista, Finalista ou subjetiva
- Vale-se do conceito jurídico de consumidor.	- Vale-se do conceito econômico de consumidor.
- O destinatário final é o fático .	- O destinatário final é o fático e econômico.

Em um primeiro momento, seguindo inclinação doutrinária predominante, o STJ consolidou a Teoria Finalista como aquela que melhor indica a diretriz para a interpretação do conceito de consumidor.

Mas houve uma evolução da referida teoria, com base em um julgado paradigmático do STJ, que representou um abrandamento ou mitigação do entendimento. Trata-se da TEORIA FINALISTA APROFUNDADA OU MITIGADA. Segundo essa teoria, em determinadas hipóteses, o CDC deve ser aplicado mesmo em casos em que não se trata

de destinatário final e econômico. Como exemplo, em casos difíceis envolvendo pequenas empresas que utilizam insumos para a produção, mas não em sua área de expertise ou com uma utilização mista, principalmente na área de consumo, provada a vulnerabilidade, conclui-se pela aplicação do CDC.

Assim, aplica-se o CDC para pessoas jurídicas que comprovem sua vulnerabilidade e que atuam fora do âmbito de sua especialidade. Ex.: Aquisição de máquina de bordar para pequena produção de subsistência; caminhoneiro que adquire caminhão, etc.

ATENÇÃO! O STJ admite a mitigação da Teoria Finalista para autorizar a incidência do CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou do serviço, apresenta-se em situação de vulnerabilidade.

Via de regra, a vulnerabilidade da pessoa física é presumida, ao passo que a da pessoa jurídica deve ser demonstrada no caso concreto.

CONSUMIDOR. DEFINIÇÃO. ALCANCE. TEORIA FINALISTA. REGRA. MITIGAÇÃO. FINALISMO APROFUNDADO. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. VULNERABILIDADE.

1. A jurisprudência do STJ se encontra consolidada no sentido de que a determinação da qualidade de consumidor deve, em regra, ser feita mediante aplicação da teoria finalista, que, numa exegese restritiva do art. 2º do CDC, considera destinatário final tão somente o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica.

2. Pela teoria finalista, fica excluído da proteção do CDC o consumo intermediário, assim entendido como aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo (e, portanto, o preço final) de um novo bem ou serviço. Vale dizer, só pode ser considerado consumidor, para fins de tutela pela Lei nº 8.078/90, aquele que exaure a função econômica do bem ou serviço, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo.

3. **A jurisprudência do STJ, tomando por base o conceito de consumidor por equiparação previsto no art. 29 do CDC, tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado**, consistente em se admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade, que constitui o princípio-motor da política nacional das relações de consumo, premissa expressamente fixada no art. 4º, I, do CDC, que legitima toda a proteção conferida ao consumidor. (REsp 1195642/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, T3, DJe 21/11/2012)

- Consumidor equiparado em sentido coletivo (art. 2o, parágrafo único)

É a universalidade, conjunto de consumidores de produtos e serviços, ou mesmo grupo, classe ou categoria deles, e desde que relacionados a um determinado produto ou serviço.

- Consumidor equiparado bystander (art. 17)

Para os fins de responsabilidade civil, o art. 17 do CDC considera como consumidor qualquer vítima da relação de consumo, ou seja, todos os prejudicados pelo evento de consumo.

- Consumidor equiparado potencial ou virtual (art. 29)

Segundo o art. 29 do CDC, equiparam-se a consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais e empresariais nele previstas. São práticas comerciais previstas no CDC a oferta, a publicidade, as práticas abusivas, os bancos de dados ou cadastros de consumidores etc.

Tem especial utilidade na defesa coletiva do consumidor, bem como para propiciar um controle preventivo e ofensivo das referidas práticas.

Dessa forma, correta apenas a letra B.

37. Com relação à responsabilidade do fornecedor por vício do produto e do serviço, assinale a afirmativa correta.

(A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

(B) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço.

(C) No caso de vícios ocultos, o prazo para reclamar começa no momento em que ficar evidenciado o defeito, ou seja, o termo inicial da garantia legal fica em aberto até a descoberta do vício.

(D) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação é de trinta dias, sendo de noventa dias no caso de vícios ocultos.

(E) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

RESPOSTA: C

O assunto da questão foi tratado na aula de revisão de véspera e no material da turma de reta final TJ-RS.

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA

A responsabilidade, nos termos do art. 18 do CDC, é **solidária**, e não subsidiária.

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem **solidariamente** pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

(B) INCORRETA

A prescrição quinquenal prevista no art. 27 do CDC refere-se à responsabilidade pelo **fato** do produto ou do serviço:

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à **reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço** prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

53

C e D – CORRETA LETRA C

Cumprir fazer a importante diferenciação entre vícios aparentes ou de fácil constatação e vícios ocultos, notadamente porque há influência direta na forma de contagem do início do prazo decadencial.

- Vícios aparentes (ou de fácil constatação) → são identificáveis por um exame superficial do produto ou serviço. Não demandam tempo ou conhecimento específicos para o seu surgimento.

→ O dies a quo (de início) do prazo decadencial é a efetiva entrega do produto ou o término da execução dos serviços (art. 26, par. 1º, CDC).

- Vícios ocultos → não são identificáveis pelo mero exame superficial pelo consumidor. Estão presentes quando da aquisição do produto ou serviço, mas só se manifestam depois de algum tempo e podem demandar conhecimentos específicos.

→ O dies a quo (de início) do prazo decadencial é o momento em que ficar evidenciado o defeito (art. 26, par. 3º, CDC).

OBSERVAÇÃO: Os prazos de 30 e 90 dias são aplicáveis tanto para os vícios aparentes quanto para os ocultos, sendo um diferente do outro pelo termo inicial da sua contagem.

(E) INCORRETA

A responsabilidade, nos termos do art. 19 do CDC, é **solidária**, e não subsidiária.

Art. 19. Os fornecedores respondem **solidariamente** pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

38. Considere as afirmações abaixo sobre bancos de dados e cadastros de consumidores.

I - A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

II - Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

III - É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

54

RESPOSTA: D

O assunto da questão foi tratado na aula de Revisão de Véspera e no material da turma de Reta Final.

COMENTÁRIOS**I – CORRETA**

Necessidade de comunicação ao consumidor - art. 43, § 2º, do CDC - A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele. Trata-se de decorrência do direito à informação dos consumidores.

II – CORRETA

Súmula 359 do STJ. Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

III – INCORRETA

Súmula 404 do STJ. É dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

39. Depois de uma separação judicial conflituosa de um casal, a filha, uma menina de sete anos de idade, está sendo impedida de manter convívio com seu pai, por imposição da mãe, que o acusa de abusar sexualmente da filha. O pai ingressa com ação judicial buscando alterar essa situação, no sentido de ser definida a forma de visitação a que ele teria direito. Para uma tomada de decisão, na forma da Lei nº 13.431/2017, a pedido do Ministério Público, que o faz em ação própria, o juízo designa data para tomada do depoimento da criança (depoimento especial), no rito cautelar da antecipação de prova. Diante desse cenário, qual das afirmativas abaixo está correta?

55

(A) Não cabe, no caso em exame, a tomada do depoimento especial com o rito cautelar da antecipação de prova, eis que ele só se aplica quando a criança tiver menos de sete anos de idade.

(B) Antes de ser designada data para tomada do depoimento especial, a criança deverá ser consultada, por técnico especializado na escuta de crianças, se concorda em prestar esse depoimento.

(C) É cabível a tomada de depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova quando a suspeita for de abuso sexual, seja qual for a idade da criança ou adolescente.

(D) A tomada do depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova só poderá ser realizada após a avaliação psicológica de vítima/testemunha.

(E) Só adolescentes podem prestar o depoimento especial sob o rito cautelar da antecipação de prova.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

Art. 11 da Lei 13.431/2017 - O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

§ 1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova:

I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos;

II - em caso de violência sexual

40. Adolescente do sexo masculino, com 17 anos e seis meses de idade, sem antecedentes infracionais, respondeu a processo para apuração de ato infracional pela prática de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo (CP, art. 157, § 2º, inciso I) e, após regular processamento da ação, que ele respondeu em liberdade, recebeu a medida de internação (nada referindo sobre a possibilidade de atividades externas), pelo prazo inicial de um ano. A sentença foi proferida quando o representado já tinha 18 anos e três meses de idade. Em relação a esse caso, qual das seguintes afirmativas está correta?

(A) Não tendo a decisão judicial autorizado a realização de atividades externas desde o início da internação, essas só poderão ser realizadas mediante posterior autorização judicial.

(B) A decisão judicial não poderia ter fixado o prazo inicial de um ano de internação, eis que essa medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser ou não reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

(C) No caso apresentado, o prazo de cumprimento da medida de internação não poderá exceder a três anos.

(D) A medida de internação não observou os parâmetros legais, pois, em casos idênticos, só poderá ser aplicada quando o infrator praticar ato infracional mediante violência e grave ameaça a pessoa e possuir antecedentes infracionais.

(E) Tendo o representado mais de 18 anos de idade quando da aplicação da medida de internação, esta poderá ser cumprida em estabelecimento prisional de adultos.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Art. 121, § 2º do ECA - A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

DIREITO PENAL

41. Cinco agentes, formando uma organização criminosa, em 2007, praticaram condutas caracterizadoras do crime de lavagem de dinheiro, previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98. O caso veio a julgamento em 2014. Considerando a jurisprudência do STF e STJ em matéria penal, assinale a afirmativa correta.

(A) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, tendo como delito antecedente o delito de organização criminosa previsto na Lei nº 12.850/13.

(B) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, tendo como delito antecedente o delito de organização criminosa tal qual definido na Convenção de Palermo.

(C) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, dada a extinção do rol de delitos antecedentes com o advento da Lei nº 12.683/12.

(D) Os agentes não devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, por força da reserva constitucional absoluta de lei em sentido formal (CF, art. 5º, inciso XXXIX; CP, art. 1º).

(E) Os agentes devem ser punidos pelo crime de lavagem de dinheiro, considerando-se o crime de formação de quadrilha como equiparável ao delito de organização criminosa.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

A redação original do art. 1º da Lei 9.613/98 não contemplava o crime antecedente de organização criminosa. A redação restringia o crime de lavagem de capitais à um rol taxativo de crimes. Ocorre que essa lei foi bastante modificada pela Lei 12.683/12, que passou a ter redação mais abrangente, não havendo mais restrição quanto ao rol (antes taxativo) de crimes precedentes e necessários à discussão sobre a lavagem de capital.

O enunciado da questão relata um delito ocorrido em 2007, ou seja, antes da reforma de 2012, quando não se punia por lavagem de capitais as condutas fundadas em atuação de organização criminosa.

42. O Diretor executivo de uma empresa agropecuária ordenou a seu subordinado que destruísse floresta considerada de preservação permanente, a fim de permitir a expansão dos negócios da empresa, alocada em área contígua. O Diretor-Presidente da empresa foi alertado de que a atividade delituosa estava em andamento, porém, diante da possibilidade de lucro dela decorrente, e mesmo podendo agir para evitar o resultado ou minorar suas consequências, permaneceu inerte. O Diretor-Presidente poderia ser responsabilizado pelo crime do art. 38 da Lei nº 9.605/98 (destruição de floresta considerada permanente), a título de:

- (A) coautoria, junto com o Diretor-executivo e seu subordinado.
- (B) omissão imprópria.
- (C) omissão própria.
- (D) autoria mediata, segundo a teoria do domínio do fato.
- (E) autoria direta ou imediata, segundo a teoria do domínio do fato.

(A) INCORRETA: Para configuração da coautoria é exigido: pluralidade de agentes e de condutas; relação de causalidade jurídica entre as condutas e o resultado; liame subjetivo; identidade de infração penal.

(B) CORRETA: Crime Omissivo impróprio ou impuro ou comissivo por omissão: São crimes comissivos (que descrevem uma ação) praticados por meio de uma inatividade. É o que se dá nas hipóteses em que está presente o dever jurídico de agir (dever específico) para evitar o resultado (art. 13, § 2º, do CP).

(C) INCORRETA: Crime omissivo próprio ou puro: O tipo penal descreve uma omissão de modo que para identificá-los, basta a leitura da norma. Há violação do dever genérico de agir, desta feita, o sujeito ativo da omissão pode ser qualquer pessoa

(D) INCORRETA: A Teoria da autoria de escritório é oriunda da doutrina alemã e intimamente relacionada com a teoria do domínio do fato, constituindo-se em autoria mediata particular ou autoria mediata especial. É autor de escritório o agente que transmite a ordem a ser executada por outro autor direto, dotado de culpabilidade e passível de ser substituído a qualquer momento por outra pessoa, no âmbito de uma organização ilícita de poder.

(E) INCORRETA: A teoria da autoria de escritório diz respeito à hipótese de autoria mediata.

43. Segundo o Código Penal e a doutrina, o sujeito que, por errônea representação dos fatos, crê estar diante de injusta agressão iminente e repele a suposta agressão

(A) pratica crime impossível, agindo de forma atípica.

(B) incorre em erro de proibição, agindo sem culpabilidade, de acordo com a teoria estrita da culpabilidade.

(C) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo, de acordo com a teoria estrita da culpabilidade, permanecendo a possibilidade de punição pelo crime culposos.

(D) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo, de acordo com a teoria limitada da culpabilidade, permanecendo a possibilidade de punição pelo crime culposos.

(E) incorre em erro de tipo permissivo, agindo sem dolo e sem culpa, de acordo com a teoria limitada da culpabilidade.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETO: Crime impossível: CP, art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

(B) INCORRETO: O erro de proibição pode ser definido como a falsa percepção do agente acerca do caráter ilícito do fato típico por ele praticado - que valora, equivocadamente, acerca da reprovabilidade de sua conduta. O agente conhece a existência da lei penal, mas desconhece ou interpreta mal o seu conteúdo.

(B) INCORRETO: Teoria estrita ou extremada da culpabilidade: As discriminantes putativas têm natureza jurídica de erro de proibição. Ou seja, o erro sobre os pressupostos fáticos, a existência ou os limites da excludente de ilicitude são hipóteses de erro de proibição. É a teoria unitária do erro. CP, art. 20, §1º É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

(D) CORRETO: Discriminantes putativas (hipóteses de erro sobre os pressupostos fáticos, sobre a existência ou limites das excludentes de ilicitude). CP, art. 20, §1º É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

(E) INCORRETO: Teoria Limitada da Culpabilidade: As discriminantes putativas têm natureza jurídica de erro de tipo, quando o engano recair sobre os pressupostos do fato; ou de erro de proibição, quando o erro recair sobre a existência ou os limites de uma

causa putativa de exclusão da ilicitude. CP, art. 20, §1º É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

44. Considerando a jurisprudência e o entendimento sumulado do STJ sobre a dosimetria da pena, leia as seguintes afirmativas.

I - A afirmação de que o agente possuía plena consciência da ilicitude de sua conduta não é idônea para exasperação da pena-base, pois constitui elemento ínsito ao delito.

II - Circunstâncias atenuantes e causas de diminuição de pena não podem conduzir à redução de pena abaixo do mínimo legal.

III - Inquéritos policiais e ações penais em curso não podem ser considerados para exasperar a pena-base.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

60

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

I) verdadeiro. STJ – Jurisprudência em Tese – Edição 26 - 3) A culpabilidade normativa, que engloba a consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa e que constitui elemento do tipo penal, não se confunde com a circunstância judicial da culpabilidade (art. 59 do CP), que diz respeito à demonstração do grau de reprovabilidade ou censurabilidade da conduta praticada.

II) falso. Súmula 231 do STJ: A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

III) verdadeiro. Súmula 444 STJ: É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base

45. Sobre a determinação e progressão de regime de cumprimento da pena, considerando a legislação vigente e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmação correta.

(A) O principal critério de determinação do regime inicial de cumprimento de pena é a gravidade abstrata do delito.

(B) É vedado ao magistrado impor ao condenado regime mais gravoso do que o recomendado pelos parâmetros estabelecidos nas alíneas do § 2º do art. 33 do CP.

(C) A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime e para o livramento condicional.

(D) A partir da vigência da Lei nº 13.964/2019 ("Lei Anticrime"), o apenado primário que tiver cometido o crime sem violência à pessoa ou grave ameaça poderá progredir de regime se tiver cumprido 16% (dezesesseis por cento) da pena, desde que ostente boa conduta carcerária.

(E) É obrigatória a fixação de regime prisional fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por tráfico de drogas.

RESPOSTA: D

(A) INCORRETO: CP, art. 33, § 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.

(B) INCORRETO: Súmula 440 do STJ: É vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade do delito.

(C) INCORRETO: Súmula 441 do STJ: A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

(D) CORRETO. LEP, Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

(E) INCORRETO: É inconstitucional a fixação ex lege, com base no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, do regime inicial fechado, devendo o julgador, quando da condenação, ater-se aos parâmetros previstos no artigo 33 do Código Penal. (STF ARE 1052700 RG)

46. Empresário emitiu notas subfaturadas com a única finalidade de redução do valor devido a título de ICMS, conduta que perdurou por 7 (sete) meses. Na hipótese, em relação aos crimes de falso (falsidade ideológica) e ao crime contra a ordem tributária, aplicam-se os seguintes institutos:

- (A) Consunção e continuidade delitiva.
- (B) Subsidiariedade e concurso formal.
- (C) Especialidade e concurso material.
- (D) Concurso formal e concurso material.
- (E) Especialidade e continuidade delitiva.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

STJ – Jurisprudência em Teses – Edição 99 - 2) Aplica-se o princípio da consunção ou da absorção quando o delito de falso ou de estelionato (crime-meio) é praticado única e exclusivamente com a finalidade de sonegar tributo (crime-fim).

O Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do RHC 163.334, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a falta de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações próprias, quando não é contumaz, não configura comportamento criminoso. Em consequência, o colegiado absolveu um contribuinte que, por deixar de recolher o imposto em um único mês, havia sido condenado por crime contra a ordem tributária (artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/1990).

Com a adoção desse novo critério, o crime só existirá se for habitual, isto é, se praticado com regularidade e de maneira reiterada. À vista disso, quando o sujeito comete o crime previsto no art. 2º, II da Lei 8.137/90, de acordo com novo entendimento do STF, mesmo que tenha cometido muitos atos de inadimplência, haverá apenas um delito, um único crime.

62

47. Sobre os crimes de posse e porte ilegais de armas de fogo, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São leis ou normas penais em branco.
- (B) São crimes de perigo abstrato.
- (C) O porte de pequena quantidade de munição desacompanhada da arma de fogo pode afastar excepcionalmente a configuração típica em razão da ausência de potencial lesivo (princípio da insignificância).
- (D) A condição de Policial Civil afasta a tipicidade da conduta daquele que, autorizado a portar ou possuir arma de fogo, não observa as imposições legais previstas no Estatuto do Desarmamento que impõem registro das armas no órgão competente.

(E) O crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito é permanente.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) CORRETO: Diversas das expressões empregadas no Estatuto do Desarmamento dependem de complementação, tais como “arma de fogo de uso permitido”, “arma de fogo de uso restrito”, “arma de fogo”, “munição” etc. Referidas expressões constituem norma penal em branco.

(B) CORRETO: Os crimes do Estatuto do Desarmamento, em sua maioria, são de perigo abstrato (o perigo ao bem jurídico é presumido, não exigindo demonstração no caso concreto).

(C) CORRETO: STJ: A apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada da arma de fogo não implica, por si só, a atipicidade da conduta. (REsp 1.856.980-SC/2021)

(D) INCORRETO: STJ: É típica e antijurídica a conduta de policial civil que, mesmo autorizado a portar ou possuir arma de fogo, não observa as imposições legais previstas no Estatuto do Desarmamento, que impõem registro das armas no órgão competente. (RHC 70141-RJ/2017)

(E) CORRETO: Trata-se de crime permanente, considerando os seguintes verbos: portar, deter, ter em depósito, transportar, guardar e ocultar.

63

48. Sobre os crimes contra a propriedade e o patrimônio, considerando o direito vigente e a jurisprudência sumulada do STJ, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

(B) Não se pode aplicar analogicamente ao furto qualificado, por concurso de agentes, a majorante do roubo.

(C) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e seguida da perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada.

(D) A existência de sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou a presença de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

(E) Com o advento da Lei nº 13.964/19 ("Lei Anticrime"), o crime de estelionato passa a ser de ação penal de iniciativa privada.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) CORRETO: Súmula 96 do STJ: O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

(B) CORRETO: Súmula 442 do STJ: É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

(C) CORRETO: Súmula 582 do STJ: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

(D) CORRETO: Súmula 567 do STJ: Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

(E) INCORRETA: Com as alterações da Lei Anticrime, o delito passou de uma ação penal pública incondicionada — promovida por denúncia do Ministério Público — para ser uma ação penal pública condicionada à representação.

64

49. Em uma sociedade por ações "A", dois executivos desenvolvem estratégia para obter importante contrato com uma sociedade de economia mista "M". Eles decidem que a maneira mais "eficiente" de o conseguir é procurar um diretor da empresa "M" e oferecer-lhe 10% do valor do contrato. O valor equivalente a essa porcentagem seria repassado a uma conta de uma empresa "fantasma", em nome de "laranja", para que depois pudesse ser reinvestido no mercado de bitcoins. E assim foi feito. Nesse cenário global, pode-se identificar o cometimento dos seguintes crimes:

- (A) peculato e lavagem de dinheiro.
- (B) corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (C) organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (D) organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.
- (E) organização criminosa, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

O diretor da sociedade de economia mista (empresa “M”) é considerado funcionário público para fins penais, de acordo com o CP, art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. § 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Assim sendo, o diretor da empresa “M” cometeu o delito de corrupção passiva: Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Lado outro, os dois executivos da sociedade por ações “A” cometeram o delito de corrupção ativa: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

O fato objeto da negociação entre o diretor e os executivos se amoldam ao delito previsto no art. 1º da Lei 9.613/98: Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

65

50. Analise as seguintes assertivas sobre crimes contra a ordem tributária e assinale a INCORRETA.

(A) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária (art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/90) antes do lançamento definitivo do tributo.

(B) A conduta de aceitar promessa de vantagem indevida, em razão de função, para deixar de lançar ou cobrar tributo se caracteriza como crime funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/90.

(C) O parcelamento dos débitos tributários suspende a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia.

(D) Segundo o STF, a conduta de deixar de recolher ICMS descontado ou cobrado de terceiro (consumidor final) não constitui crime, se o tributo for devidamente declarado em documentação contábil e fiscal idônea.

(E) O pagamento integral do tributo sonegado, inclusive de acessórios, extingue a punibilidade do agente, ainda que efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) CORRETO: Súmula Vinculante 24 do STF: Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.

(B) CORRETO: Lei 8.137/90: Art. 3º Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I): II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

(C) CORRETO: O parcelamento do crédito tributário, realizado após o oferecimento da denúncia, não extingue a punibilidade do ilícito penal (STJ HC 505.195/SP-2019)

(D) INCORRETO: É crime o não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações próprias, ainda que tenham sido devidamente declaradas ao Fisco. (STJ HC 399109)

(E) CORRETO: O adimplemento do débito tributário, a qualquer tempo, até mesmo após o advento do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é causa de extinção da punibilidade do acusado. (STJ HC 362478)

66

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Considere as seguintes assertivas sobre a investigação preliminar e suas correlatas medidas investigatórias.

I - O indiciamento, ato privativo do delegado de polícia, deve se dar de modo fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, a materialidade e as suas circunstâncias.

II - A busca pessoal independerá de mandado nas hipóteses de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que constituam o corpo de delito ou quando determinada no curso de busca domiciliar judicialmente autorizada.

III - Segundo a Lei nº 9.296/96, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos poderá ser autorizada pelo juiz, para investigação ou instrução criminal, de ofício ou a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

ITEM I: CORRETO

Lei nº 12.830/13 - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

(...)

§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

ITEM II: CORRETO

CPP - Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

ITEM III: INCORRETO

Não existe a possibilidade de determinação de ofício pelo juiz:

Lei nº 9.296/96 - Art. 8º-A. Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando:

I - a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes; e

II - houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

52. Considerando a legislação processual penal, a abranger as garantias consagradas nos diplomas internacionais incorporados pelo Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) O acusado possui o direito a um processo sem dilações indevidas.
- (B) O acusado possui o direito ao tempo adequado à preparação de sua defesa.
- (C) O acusado possui o direito aos meios adequados à preparação de sua defesa.
- (D) O acusado possui o direito de ser comunicado, de modo genérico, da acusação formulada, sem necessidade de que essa comunicação seja pormenorizada.
- (E) O acusado, por meio de sua defesa, tem o direito de inquirir as testemunhas de acusação e de obter o comparecimento e a inquirição das testemunhas de defesa nas mesmas condições das testemunhas de acusação.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Artigo 14

3. Toda pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

(...)

c) a ser julgada sem dilações indevidas;

(B) CORRETA

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 - Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)

ARTIGO 8

Garantias Judiciais

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

68

c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;

(C) CORRETA

Ver ITEM B.

(D) INCORRETA

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 - Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)

ARTIGO 8

Garantias Judiciais

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;

(E) INCORRETA

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 - Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)

ARTIGO 8

Garantias Judiciais

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.

69

53. Considere as afirmações abaixo acerca do instituto da colaboração premiada e seus efeitos sobre o ambiente processual penal.

I - Realizado o acordo de colaboração premiada, deve o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, sem a presença do Ministério Público, oportunidade em que analisará, dentre outros aspectos, a voluntariedade da

manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.

II - Tomando por fundamento apenas as declarações do colaborador, o juiz não poderá adotar medidas cautelares (reais ou pessoais), proferir sentença condenatória e nem mesmo receber a denúncia.

III - Em todas as fases do processo, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de se manifestar após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

70

ITEM I: CORRETO

Lei nº 12.850/13 – Art. 4º. (...) § 7º Realizado o acordo na forma do § 6º deste artigo, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação:

(...)

IV - voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.

ITEM II: CORRETO.

Lei nº 12.850/13 – Art. 4º. (...) § 16. Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador:

I - medidas cautelares reais ou pessoais;

II - recebimento de denúncia ou queixa-crime;

III - sentença condenatória.

ITEM III: CORRETO.

Lei nº 12.850/13 – Art. 4º. (...) § 10-A Em todas as fases do processo, deve-se garantir ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou.

54. Acerca do acordo de não persecução penal, assinale a afirmativa correta, à vista do que estipula o CPP.

(A) É cabível para crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, desde que a pena mínima cominada para a infração penal seja inferior a 4(quatro) anos.

(B) Pode ser proposto pelo Ministério Público ou pela autoridade policial, desde que não seja caso de arquivamento do inquérito policial.

(C) No caso de concurso de agentes, somente pode ser proposto ao investigado que tenha sido o primeiro a confessar a prática da infração penal.

(D) Compete ao juiz, antes de homologá-lo, analisar os pressupostos de legalidade e voluntariedade, sendo-lhe vedado, entretanto, examinar a adequação ou abusividade das condições dispostas no acordo.

(E) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior da instituição, na forma do art. 28 do CPP.

71

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA

CPP, Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração **penal sem violência ou grave ameaça** e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

(B) INCORRETA

CPP, Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o **Ministério Público** poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente:

(C) INCORRETA

Inexiste previsão legal nesse sentido.

(D) INCORRETA

CPP, Art. 28 (...) § 5º Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

(E) CORRETA

CPP, Art. 28 (...) § 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.

72

55. Sobre as medidas cautelares previstas no Título IX do CPP, considere as seguintes afirmações.

I - Na motivação da decretação da prisão preventiva, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

II - O descumprimento da obrigação de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva sujeita o órgão emissor a consequências correccionais, porém não impacta na legalidade da medida cautelar.

III - Aplicam-se apenas às infrações a que for cominada pena de reclusão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.

(E) Apenas II e III.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

ITEM A: CORRETO

CPP, Art. 312. (...) § 2º A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada

ITEM B: INCORRETO

Art. 316. (...) Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, **sob pena de tornar a prisão ilegal.**

ITEM III: INCORRETO

Inexiste previsão legal nesse sentido.

73

56. Sobre as formas processuais e eventuais vícios incidentes, é INCORRETO afirmar

(A) que é direito do advogado prestar assistência a seus clientes investigados durante a apuração de infrações penais, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento.

(B) que o indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais, cuja inobservância, pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar a absoluta invalidade das provas ilicitamente obtidas no curso da investigação policial.

(C) que, nos denominados delitos empresariais, a atribuição ao acusado da condição de sócio, acionista ou administrador de sociedade empresária é fator suficiente a legitimar a formulação da acusação estatal, ensejando o juízo de recebimento da denúncia.

(D) que, segundo o CPP, é nula a decisão, sentença ou acórdão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo sem explicar sua relação com a causa, bem como é nula a decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.

(E) que, conforme a jurisprudência do STJ, e tomando-se como exemplo a prática de um crime patrimonial, a fixação, em sentença condenatória, do valor indenizatório mínimo decorrente de infração penal (art. 387, IV, do CPP) pressupõe pedido expresso nesse

sentido e a indicação de valor e prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA

Lei nº 8.069/90 – Art. 7º. São direitos do advogado: (...) XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:

(B) CORRETA

(...) O indiciado é sujeito de direitos e dispõe de garantias, legais e constitucionais, cuja inobservância, pelos agentes do Estado, além de eventualmente induzir-lhes a responsabilidade penal por abuso de poder, pode gerar a absoluta desvalia das provas ilicitamente obtidas no curso da investigação policial. (...) (STF - HC: 73271 SP, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 19/03/1996, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 04-10-1996 PP-37100 EMENT VOL-01844-01 PP-00060)

(C) INCORRETA

CPP, Art. 41. A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.

A denúncia de crime societário não pode ser genérica, sendo necessária a descrição individualizada da conduta de cada acusado. (HC 127.415 – STF)

Trata-se da vedação à denúncia genérica.

(D) CORRETA

Art. 315. A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada.

(...) § 2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

(...)

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

(E) CORRETA

Para que seja fixado, na sentença, o valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima (art 387, IV, do CPP), é necessário que haja pedido expresso e formal, feito pelo *parquet* ou pelo ofendido, a fim de que seja oportunizado ao réu o contraditório e sob pena de violação ao princípio da ampla defesa (STJ. 6ª Turma. AgRg no REsp 1688389/MS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 22/03/2018).

57. Sobre os recursos e as ações de impugnação no processo penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Conforme o STJ, o mandado de segurança é meio idôneo à atribuição de efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

(B) Da decisão que rejeitar a denúncia no procedimento da Lei nº 9.099/95 caberá apelação.

(C) A revisão criminal, que independe de capacidade postulatória, poderá ser requerida antes ou após a extinção da pena, sendo possível ao requerente formular pedido de cunho indenizatório por eventuais prejuízos sofridos.

(D) Contra a decisão de primeiro grau que denegar a apelação caberá recurso em sentido estrito.

(E) Contra a decisão que absolver sumariamente o réu, no procedimento comum ordinário, caberá apelação.

75

RESPOSTA: C

Questão passível de recurso: existem 2 alternativas incorretas (ITEM "A" e ITEM "C")!

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA

Súmula 604 do STJ: "Mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público".

(B) CORRETA

Lei nº 9.099/95 - Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

(C) INCORRETA

Art. 623. A revisão **podará ser pedida pelo próprio réu** ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

ATENÇÃO: A doutrina amplamente majoritária entende que a possibilidade do réu interpor revisão criminal independentemente de capacidade postulatória não foi recepcionada pelo art. 133 da Constituição Federal, que afirma que o advogado é indispensável à administração da justiça. No caso de ser apresentado pelo próprio réu, deverá o juiz encaminhá-lo para a Defensoria Pública ou, em não havendo, nomear advogado dativo.

(D) CORRETA

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

(...)

XV - que denegar a apelação ou a julgar deserta;

(E) CORRETA

CPP, Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;

II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior;

58. Analisando as seguintes afirmativas, assinale a correta.

(A) Segundo o STF, a homologação de transação penal prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995 faz coisa julgada material.

(B) Conforme definiu o STF, nos crimes contra a ordem tributária, a ação penal é pública condicionada à representação fiscal para fins penais.

(C) Segundo o STF, é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.

(D) Procurador do Estado no Rio Grande do Norte (RN) foi denunciado como incurso no art. 121 do CP (homicídio doloso). A Constituição do Estado do RN assegura competir ao Tribunal de Justiça do RN (TJRN) processar e julgar procuradores do Estado por crimes comuns. Nesse contexto, o procurador deverá ser julgado pelo TJRN.

(E) “A” apropria-se da pensão de idoso, dando a ela aplicação diversa da de sua finalidade – crime previsto no art. 102 do Estatuto do Idoso, reclusão de 1 a 4 anos e multa. “A” é denunciado por este crime. O procedimento aplicável ao caso é o ordinário.

RESPOSTA: C

Questão deverá ser anulada, pois está desatualizada!

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA

Súmula Vinculante 35: A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

(B) INCORRETA

A ação penal por delitos contra a ordem tributária é de natureza pública incondicionada, a teor do art. 15 da Lei nº 8.137/90. Não existe a citada decisão do STF.

(C) INCORRETA

As inovações do Pacote Anticrime na Lei n. 9.296/1996 não alteraram o entendimento de que é lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

STJ. 6ª Turma. HC 512290-RJ, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 18/08/2020 (Info 677).

No entanto, referido julgado foi proferido antes da derrubada dos vetos da Lei Anticrime, que trouxe à tona o seguinte dispositivo:

Lei nº 9.296/94 – Art. 8º - A. (...) § 4º A captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, **em matéria de defesa**, quando demonstrada a integridade da gravação.

Assim, referida questão está desatualizada e merece ser anulada.

(D) INCORRETA

Súmula vinculante 45: A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

(E) INCORRETA

Lei nº 10.471/03 - Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

78

DIREITO CONSTITUCIONAL

59. A respeito do Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar que

(A) a Constituição brasileira fixa limitações materiais e circunstanciais ao poder de revisão.

(B) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

(C) a Constituição brasileira não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

(D) a Constituição brasileira poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.

(E) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

A questão pede para ser marcado o item incorreto. O item a ser marcado é o de seguinte redação: “a Constituição brasileiro poderá ser emendada mediante proposta de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional”.

Incorreto. O item retrata o quórum de aprovação da proposta de emenda à Constituição e não a legitimidade para iniciativa, nos termos do art. 60 da CF/88:

“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”.

79

60. Sobre jurisdição constitucional, assinale a afirmativa correta.

(A) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa, o Governador de Estado ou o Prefeito de Município.

(B) Não cabe recurso da decisão do relator que indefere liminarmente petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade.

(C) A Lei Federal nº 9.868/1999 prevê, expressamente, a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos das declarações de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, bem como decidir que elas só tenham eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

(D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

(E) O pedido de medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão inconstitucional é vedado pela Lei Federal nº 9.868/1999.

RESPOSTA: D

PASSÍVEL DE RECURSO!

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETO.

Mesa de Assembleia Legislativa é não legitimada para propor ADI, nos termos do art. 103 da CF/88.

(B) INCORRETO.

É cabível recurso de acordo com a lei nº 9.868, de 3 de dezembro de 1999:

Art. 4º A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator. Parágrafo único. **Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.**

(C) INCORRETO.

ITEM CONSIDERADO INCORRETO PELA BANCA, MAS ESPELHA A LITERALIDADE DA LEI:

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, **poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.**

(D) CORRETO.

Item que também espelha a literalidade da Lei:

80

Art. 12-A. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

(E) INCORRETO.

O pedido de medida cautelar é expressamente previsto pela lei nº 9.868/1999 no seu art. 12-F e seguintes.

61. O Supremo Tribunal Federal vem proferindo decisões relevantes acerca de temas como mutação constitucional e controle de constitucionalidade, redefinindo, não raras vezes, os seus limites e possibilidades. Considere as afirmações abaixo, tendo por base o posicionamento do STF acerca dessas matérias.

I - Em sede de jurisdição constitucional abstrata, a chamada modulação de efeitos já foi excepcionalmente admitida em caso de decisão declaratória de constitucionalidade de atos normativos.

II - O reconhecimento, com eficácia erga omnes e efeito vinculante, de declaração incidental de inconstitucionalidade

em sede de ação direta (ADI) é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro, notadamente pelo artigo 52, inciso X, da Constituição do Brasil, que prevê competir ao Senado Federal a suspensão da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

III - A superveniente alteração redacional de ato normativo questionado em ação direta de inconstitucionalidade não impede o julgamento dessa ação, desde que não tenha havido alteração substancial no conteúdo desse ato.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

I – CORRETO.

O STF vem entendendo pela modulação dos efeitos em sede de ação declaratória de constitucionalidade – ADC, a exemplo da ADC nº 49.

II – INCORRETO.

Houve mutação constitucional do art. 52, X, da CF/88. A nova interpretação deve ser a seguinte: quando o STF declara uma lei inconstitucional, mesmo em sede de controle difuso, a decisão já tem efeito vinculante e *erga omnes* e o STF apenas comunica ao Senado com o objetivo de que a referida Casa Legislativa dê publicidade daquilo que foi decidido. STF. Plenário. ADI 3406/RJ e ADI 3470/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 29/11/2017 (Info 886).

III – CORRETO.

Não haverá perda do objeto se ficar demonstrado que o conteúdo do ato impugnado foi repetido, em sua essência, em outro diploma normativo. Neste caso, como não houve desatualização significativa no conteúdo do instituto, não há obstáculo para o conhecimento da ação (STF ADI 2418/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 4/5/2016. Info 824).

62. Acerca do controle judicial de política pública penitenciária, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos recursos extraordinários (RE's) 580.252 e 592.581 e no julgamento da medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 347, fixou diretrizes jurisprudenciais, com base, notadamente, no princípio da dignidade da pessoa humana e no direito fundamental à integridade física e moral do preso. Nesse contexto, assinale a afirmativa que NÃO corresponde ao posicionamento exarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

(A) O Estado é responsável pela segurança das pessoas submetidas a encarceramento, sendo seu dever mantê-las em condições carcerárias com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei, bem como ressarcir danos que daí eventualmente decorrerem.

(B) No caso de danos a detentos em estabelecimentos carcerários, o argumento de que a indenização não elimina o problema prisional considerado globalmente não afasta o reconhecimento da violação aos direitos fundamentais do preso.

(C) É lícito ao Poder Judiciário determinar à Administração Pública a execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, não sendo oponível à respectiva decisão o argumento da reserva do possível.

(D) Tendo em vista a violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente da falência de políticas públicas e cuja reparação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, o sistema penitenciário nacional deve ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”.

(E) Embora seja possível o reconhecimento em ADPF do “estado de coisas inconstitucional” que caracteriza o sistema penitenciário nacional, cabe ao STF apenas declará-lo (esse estado de coisas), a fim de que a Administração Pública adote as providências que entender cabíveis, sob pena de violação ao princípio da separação harmônica e funcional do poder da República.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

A questão pede para ser marcado o item incorreto. O item a ser marcado é o de seguinte redação: “Embora seja possível o reconhecimento em ADPF do ‘estado de coisas inconstitucional’ que caracteriza o sistema penitenciário nacional, cabe ao STF apenas declará-lo (esse estado de coisas), a fim de que a Administração Pública adote as providências cabíveis, sob pena de violação ao princípio da separação harmônica e funcional do poder da República”.

O Estado de Coisas Inconstitucional ocorre quando se verifica a existência de um quadro de violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, causado pela inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura, de modo que apenas transformações estruturais da atuação do Poder Público e a atuação de uma pluralidade de autoridades podem modificar a situação inconstitucional.

O STF reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro vive um "Estado de Coisas Inconstitucional", com uma violação generalizada de direitos fundamentais dos presos. As penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios acabam sendo penas cruéis e desumanas.

Vale ressaltar que a responsabilidade por essa situação deve ser atribuída aos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), tanto da União como dos Estados-Membros e do Distrito Federal.

A ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes representa uma verdadeira "falha estrutural" que gera ofensa aos direitos dos presos, além da perpetuação e do agravamento da situação.

Assim, cabe ao STF o papel de retirar os demais poderes da inércia, coordenar ações visando a resolver o problema e monitorar os resultados alcançados. STF. Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 9/9/2015 (Info 798).

63. Sobre a regulamentação constitucional das medidas provisórias e seu alcance tal como definido pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Os requisitos constitucionais de "relevância" e "urgência" podem, em caráter excepcional, ser examinados pelo Poder Judiciário sem que isso represente violação ao princípio da separação harmônica e funcional do poder da República.

(B) É vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.

(C) Medida provisória revoga lei anterior independentemente de sua aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

(D) A Constituição da República não prevê a casa legislativa federal na qual a medida provisória terá sua votação iniciada.

(E) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito eleitoral, ressalvada a regulamentação de partidos políticos.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) CORRETO.

É possível o controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias, no entanto, esse exame é de domínio estrito, somente havendo a invalidação quando demonstrada a inexistência cabal desses requisitos. Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo. STF. Plenário. ADI 5599/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 23/10/2020 (Info 996).

(B) INCORRETO:

Art. 62, § 2º, CF/88. Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

(C) INCORRETO.

As medidas provisórias, para José Afonso da Silva “são, como se nota, medidas de lei (têm força de lei) **sujeitas a uma condição resolutiva**, ou seja, sujeitas a perder sua qualificação legal no prazo de 120 dias (art. 62, §3º).”

(D) INCORRETO.

Art. 62, § 8º, CF/88. As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

E – INCORRETO.

Art. 62, § 1º, CF/88. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, **partidos políticos** e direito eleitoral;

64. Sobre o direito constitucional à educação e seus desdobramentos na Constituição da República e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) É inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas.
- (B) A garantia constitucional da gratuidade de ensino impede a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em curso de especialização.
- (C) É constitucional o dispositivo legal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento e não na remuneração global.
- (D) A Constituição veda qualquer espécie de ensino domiciliar que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes.
- (E) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

A questão pede a assertiva incorreta.

(A) CORRETO

Súmula Vinculante 12 -

A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

(B) INCORRETO

A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização.

STF. Plenário. RE 597854/GO, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 26/4/2017 (repercussão geral) (Info 862).

(C) CORRETO

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (...)

STF. Plenário. ADI 4167, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 27/04/2011.

(D) CORRETO

A **Constituição** Federal não **veda** de forma absoluta o **ensino domiciliar**, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o **dever de solidariedade** entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes.

(E) CORRETO

Art. 207, CF/88. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

65. A Constituição da República e o seu intérprete oficial, o Supremo Tribunal Federal, adotam parâmetros que organizam as relações federativas (entre União, estados, Distrito Federal e municípios) no desempenho das respectivas atividades legislativas. Considere as assertivas abaixo a respeito do assunto.

I - A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual no que lhe for contrária.

II - A União não dispõe de poderes que lhe permitam transpor o âmbito das normas gerais para, com isso, invadir a esfera de competência normativa dos estados-membros, mas estes (os estados-membros), em existindo normas gerais veiculadas em leis federais, não podem ultrapassar os limites da competência meramente complementar, sob pena de declaração de inconstitucionalidade da lei estadual que assim o fizer.

III - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

I – INCORRETO

Art. 24, § 4º, CF/88. A superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende** a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

II – CORRETO

Art. 24, § 1º, CF/88. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

III – CORRETO

Art. 24, § 3º, CF/88. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

66. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

I - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II - Os tratados e as convenções internacionais de qualquer natureza aos quais o Brasil tenha aderido por ato do Presidente da República serão equivalentes às emendas constitucionais.

III - Cabe ao Poder Judiciário, que está obrigado a apreciar toda e qualquer lesão de direito, majorar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

IV - O Poder Judiciário pode, sem que fique configurada violação ao princípio da separação dos Poderes, determinar a implementação de políticas públicas em defesa de direitos fundamentais.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e IV.

(C) Apenas II e III.

(D) Apenas II e IV.

(E) Apenas III e IV.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

I – CORRETO.

Art. 5º, § 1º, CF/88. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II – INCORRETO.

Art. 5º, § 3º, CF/88. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III – INCORRETO.

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula Vinculante 37/STF).

IV – CORRETO.

POLÍTICAS PÚBLICAS.DETERMINAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. LIMITES ORÇAMENTÁRIOS. VIOLAÇÃO À SEPARAÇÃO DOS PODERES. INOCORRÊNCIA. AGRAVOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – **A jurisprudência desta Corte entende ser possível ao Poder Judiciário determinar ao Estado a implementação, ainda que em situações excepcionais, de políticas públicas previstas na Constituição, sem que isso acarrete contrariedade ao princípio da separação dos poderes.** II – Importa, ainda, acentuar, quanto aos alegados limites orçamentários aos quais estão vinculados os recorrentes, que o Estado, ressalvada a ocorrência de motivo objetivamente mensurável, não pode se furtar à observância de seus encargos constitucionais. III – Agravos regimentais a que se nega provimento.(RE 595129 AgR / SC – SANTA CATARINA AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI Julgamento: 03/06/2014).

88

67. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

I - No sistema constitucional brasileiro, a União poderá intervir apenas nos estados, no Distrito Federal e nos municípios localizados em território federal.

II - São de observância compulsória pelos estados as hipóteses previstas na Constituição Federal para a intervenção nos seus municípios, considerando-se inconstitucionais quaisquer ampliações ou restrições desses pressupostos pelo estado-membro.

III - O decreto de intervenção será aprovado pelo Presidente da República e conterà, face a urgência, apenas o nome do interventor nomeado, ficando as demais disposições a serem definidas em regulamento.

IV - Tratando-se de medida excepcional, a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

- (B) Apenas I e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

I – CORRETO.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

II – CORRETO.

As normas da Constituição Federal que tratam da intervenção dos Estados nos municípios perderiam eficácia, ao menos na hipótese de violação de princípios sensíveis (Art. 35, IV, CF), **pois estes são normas de reprodução obrigatória na Constituição dos Estados-membros e nas leis orgânicas**, e não poderiam ser apreciados perante a jurisdição estadual.

III – INCORRETO.

Art. 36, § 1º, CF/88. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

IV – INCORRETO.

Art. 60, § 1º, CF/88. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

68. Considere as afirmações abaixo, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil.

I - É assegurada exclusivamente à União a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no território nacional, plataforma continental e mar territorial.

II - Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União.

III - A iniciativa de leis ordinárias e complementares, um dos modos de exercício da soberania popular, é assegurada aos cidadãos na forma e nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

IV - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

I – INCORRETO.

Art. 20, § 1º, CF/88. É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

II – CORRETO.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

III – CORRETO.

Art. 61, § 2º, CF/88. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

IV – CORRETO.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: III - **de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.**

DIREITO ELEITORAL

69. Considerando a posição do STF sobre as inelegibilidades, assinale a afirmativa correta.

(A) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito é individual, não abrangendo os demais membros do núcleo familiar.

(B) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito, embora abranja os membros do mesmo núcleo familiar, não se aplica às hipóteses de convocação do segundo colocado para o exercício de mandato-tampão.

(C) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão.

(D) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar aplica-se ao exercício de mandatos-tampão apenas do Poder Legislativo.

(E) A vedação ao exercício de mandatos consecutivos pelo mesmo núcleo familiar aplica-se no caso de mandatos-tampão de prefeito somente no caso deste ser o quarto mandato consecutivo.

91

RESPOSTA: C**COMENTÁRIOS**

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA ELEITORAL – ALEGADA VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS INSCRITOS NO ART. 14, §§ 5º e 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – **ELEIÇÃO DE INTEGRANTE DO MESMO NÚCLEO FAMILIAR PARA O EXERCÍCIO DE TERCEIRO MANDATO CONSECUTIVO – IMPOSSIBILIDADE – PRECEDENTES – DISCIPLINA JURÍDICO- CONSTITUCIONAL DA INELEGIBILIDADE – CONSIDERAÇÕES – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.** – O constituinte revelou-se claramente hostil a práticas ilegítimas que denotem o abuso de poder econômico ou que caracterizem o exercício distorcido do poder político-administrativo. Com o objetivo de proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência, sempre censurável, do poder econômico ou o abuso, absolutamente inaceitável, do exercício de função pública é que se definiram situações de inelegibilidade, destinadas a obstar, precisamente, entre as várias hipóteses possíveis, a formação de grupos hegemônicos que, monopolizando o acesso aos mandatos eletivos, virtualmente patrimonializam o poder governamental, convertendo-o, numa inadmissível inversão dos postulados republicanos, em verdadeira “res domestica”. – As formações oligárquicas constituem grave deformação do processo democrático. A busca do poder não pode limitar-se à esfera reservada de grupos privados, notadamente de índole familiar, sob pena de frustrar-se o princípio do

acesso universal às instâncias governamentais. – Legitimar-se o controle monopolístico do poder por núcleos de pessoas unidas por vínculos de ordem familiar equivaleria a ensinar, em última análise, o domínio do próprio Estado por grupos privados. Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que a questão do Estado é, por essência, a questão do poder. A patrimonialização do poder constitui situação de inquestionável anomalia a que esta Suprema Corte não pode permanecer indiferente. A consagração de práticas hegemônicas na esfera institucional do poder político conduzirá o processo de governo a verdadeiro retrocesso histórico, o que constituirá, na perspectiva da atualização e modernização do aparelho de Estado, situação de todo inaceitável. Precedentes. **Diretriz jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria ora em exame que incide sobre a situação versada nos autos, eis que, mesmo na hipótese de mandato-tampão, inexistente tratamento diferenciado em relação ao mandato regular, de tal modo que o recorrente, embora pudesse validamente eleger-se (como se elegeu) Prefeito Municipal em sucessão ao seu cunhado, não podia disputar a reeleição, em virtude da inelegibilidade por parentesco (CF, art. 14, §§ 5º e 7º), em face do descabimento do exercício da Chefia do Poder Executivo local, pela terceira vez consecutiva, por membros integrantes do mesmo grupo familiar.** Decisão do Tribunal Superior Eleitoral, reconhecendo a inelegibilidade do ora recorrente, que se mantém.

(RE 1128439 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 23/10/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-268 DIVULG 13-12-2018 PUBLIC 14-12-2018)

70. No que pertine aos recursos, à composição e à competência da Justiça Eleitoral e à prestação de contas, assinale a afirmativa correta.

(A) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário em matéria eleitoral pelo STF.

(B) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário em matéria eleitoral por envolver o exame de provas.

(C) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não pode ensejar o conhecimento de recurso extraordinário, pois o STF considera que a presença de ministros do STF na composição do TSE confere caráter definitivo e irrecorrível às decisões da corte eleitoral.

(D) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, não é passível de discussão em recurso extraordinário eleitoral, por

envolver ofensa meramente reflexa à Constituição.

(E) A discussão acerca da valoração de julgamento efetuado pelo TSE a respeito de contas do candidato, na jurisprudência do STF, é passível de recurso extraordinário

eleitoral que, excepcionalmente, terá efeito de recurso ordinário, permitindo-se a reapreciação das provas.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

De acordo com a jurisprudência do STF, o assunto “prestação de contas em matéria eleitoral” versa sobre legislação infraconstitucional (Lei dos partidos políticos – 9.096/95), havendo apenas ofensa reflexa à Constituição Federal. Incabível, por isso, recurso extraordinário na hipótese:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Eleitoral. **Prestação de contas de partido político**. Exercício de 2014. Pretendida aplicação retroativa da Lei nº 13.165/2015. Legislação infraconstitucional. **Ofensa reflexa**. Precedente. 1. **Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional**. 2. Agravo regimental não provido.

(ARE 1190825 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 24/06/2019, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-167 DIVULG 31-07-2019 PUBLIC 01-08-2019)

DIREITO EMPRESARIAL

93

71. No âmbito do Direito de Empresa, é correto afirmar que

- (A) empresário exerce uma atividade “econômica”, que deve ser entendida como sinônimo da busca de superávit.
- (B) as atividades intelectuais, de natureza científica, literária, artística, bem como as rurais nunca serão empresárias.
- (C) conforme o Código Civil, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- (D) as sociedades cooperativas normalmente não são empresárias, ressalvado que disponham de forma diversa nos seus atos constitutivos.
- (E) empresário exerce uma atividade “organizada”, entendida como a estruturação de dois elementos apenas, a saber: mão de obra e capital.

RESPOSTA: C

Assunto abordado na rodada da reta final do TJ-RS.

COMENTÁRIOS**(C). CORRETA.**

É exatamente o que diz o art. 967 do Código Civil.

“Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade”.

Assim, percebemos que a alternativa correta deve ser o item C, por se encaixar perfeitamente no texto da Lei.

72. Em relação às sociedades não personificadas, é correto afirmar que

(A) são hipóteses de sociedades não personificadas a sociedade em comum, a sociedade em comandita simples e a sociedade em conta de participação.

(B) a existência da sociedade em comum somente pode ser provada por terceiros por meio de documento escrito.

(C) os bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial na sociedade em comum.

(D) o contrato social de uma sociedade em conta de participação pode ser devidamente registrado. O registro, caso realizado, confere personalidade jurídica à sociedade.

(E) a sociedade em conta de participação é regida, subsidiariamente, pelas regras aplicáveis à sociedade simples.

94

RESPOSTA: E

[Assunto abordado na rodada da reta final do TJ-RS.](#)

COMENTÁRIOS

Outra questão baseada na letra de lei. A alternativa “e” reproduz a primeira parte do art. 966 do Código Civil.

Importante ressaltar que a falta da segunda parte do art. 996 não é suficiente para gerar a anulação da questão, uma vez que a primeira parte se refere a questões de direito material e a segunda parte a questões de direito formal.

“Art. 996. **Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade simples**, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.”

73. As consolidações processual e substancial foram inseridas formalmente na Lei de Recuperação de Empresas e Falência (Lei 11.101/2005) através da Lei 14.112/2020. Em relação ao tema, é INCORRETO afirmar que

(A) os documentos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/2005, nos casos em que couber litisconsórcio processual, devem ser apresentados individualmente por cada devedor.

(B) a consolidação substancial pode ser determinada pelo magistrado, independentemente de concordância dos credores submetidos ao procedimento.

(C) a consolidação processual não impede que alguns devedores obtenham a concessão da recuperação judicial e que outros tenham a falência decretada.

(D) a consolidação substancial importa em tratamento unificado de ativos e passivos dos devedores submetidos a este instituto.

(E) a consolidação processual exige a ocorrência de confusão patrimonial grave entre devedores submetidos ao procedimento recuperatório para a sua incidência.

95

RESPOSTA: E

[Assunto abordado na rodada da reta final do TJ-RS.](#)

[QUESTÃO PASSÍVEL DE RECURSO \(TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS\).](#)

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. É o que diz o parágrafo 1º do art. 5 da Lei 11.101/2005. E, ainda, conforme a doutrina, o instituto é conhecido como “cram down” por conta da nomenclatura usada no Direito Empresarial norte-americano.

“Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei

ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma dos arts. 45 ou 56-A desta Lei.

§ 1º **O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei**, desde que, na mesma assembléia, tenha obtido, de forma cumulativa:”

(B) e (C) CORRETAS. Organizando o que diz os artigos 41 e 45 da Lei 11.101/2005, podemos concluir que:

Para os **credores da classe trabalhista e ME/EPP**, o voto é contabilizado apenas por cabeça, ou seja, é um voto quantitativo (art. 45, § 2º, da lei 11.101/05). Já os **credores da classe com garantia real e quirografário**, o voto é contabilizado por cabeça (voto quantitativo) juntamente com o crédito (voto qualitativo), tudo conforme o art. 45, § 1º, da lei 11.101/05.

(D) CORRETA. É exatamente o que diz o “caput” do art. 58 da Lei 11.101/2005 e, no mesmo sentido, vai a doutrina, no enunciado 44 da 1ª Jornada de Direito Comercial.

“Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma dos arts. 45 ou 56-A desta Lei.”

“Enunciado 44 - A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.”

(E) INCORRETA. O gabarito preliminar afirma que esta alternativa está incorreta. A conclusão lógica pela leitura do parágrafo 1º do art. 58 da LFRE é que a alternativa está correta, uma vez que a legislação exige, para o *cram down*, que os requisitos sejam cumpridos de forma cumulativa e um destes requisitos é que o plano só tenha sido rejeitado por uma das classes.

Porém, a jurisprudência do STJ tende a conceder a recuperação judicial relativizando a obrigatoriedade da observância dos critérios previstos na LFRE, impondo, por assim dizer, uma análise pautada no princípio da preservação da empresa e impedindo o abuso do direito de voto.

Desse modo, seria possível concluir que a alternativa estava **incorreta**. Ocorre que, em nenhum momento, a questão faz remissão de que este seria o entendimento da jurisprudência. Assim, o candidato não pode errar por entender como correta uma alternativa que repete a inteligência de um artigo da Lei.

Assim, entendemos pela anulação da questão.

74. Em relação a títulos de crédito, é correto afirmar que

(A) o cheque somente pode ser executado contra seu emitente, seus endossantes ou avalistas, se for comprovado o protesto ou se houver declaração do sacado em tempo hábil.

(B) a nota promissória, a duplicata e o cheque são exemplos de títulos de crédito de modelo não vinculado. Podem, portanto, possuir forma livre, desde que constem nos respectivos títulos as expressões mencionadas nas respectivas leis de regência.

(C) a nota promissória e o cheque não admitem a figura do aceite, mas admitem as figuras do endosso, do aval e do protesto.

(D) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça indica que não se admite o protesto por indicação no caso das duplicatas virtuais.

(E) letra de câmbio, nota promissória e duplicata admitem endosso parcial, bem como aval parcial.

97

RESPOSTA: C

Questão abordada na rodada de reta final do TJRS.

COMENTÁRIOS

De fato, o cheque não admite aceite (art. 6º da Lei do Cheque). Admite, contudo, o endosso (art. 17 da Lei do Cheque), aval (art. 29 da Lei do Cheque) e protesto (art. 47 da Lei do Cheque).

A nota promissória, por sua vez, como não é ordem de pagamento, não há aceite. Com exceção do aceite, todas as demais regras relativas às letras de câmbio aplicam-se às notas promissórias: **endosso, aval**, vencimento, pagamento, **protesto** e ação cambial

Assim, só há a alternativa C como correta.

75. Pedro, empresário individual, celebrou com a Companhia Beta Comércio de Calçados contrato cujo objeto é arrendamento de estabelecimento empresarial, com o prazo de vigência de 10 (dez) anos. Com base nesse contexto, assinale a afirmação correta.

(A) Segundo a legislação brasileira, o estabelecimento empresarial pode ser objeto de alienação ou arrendamento, mas não de usufruto.

(B) A Companhia Beta deve ser representada no contrato por seu Conselho de Administração.

(C) A sub-rogação do arrendatário nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento depende de previsão expressa em contrato.

(D) O contrato deveria ter sido celebrado pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, de modo que deve ser considerado ineficaz após esse período.

(E) Durante toda a vigência do contrato de arrendamento, o arrendante não poderá realizar concorrência ao arrendatário, exceto se houver autorização expressa.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

Outra questão baseada na letra da lei. A questão foi baseada no art. 1.147 do Código Civil, e não havendo autorização expressa, a vedação à concorrência, no caso de arrendamento de estabelecimento, persistirá durante todo o contrato.

“Art. 1.147. **Não havendo autorização expressa**, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência.

Parágrafo único. **No caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista neste artigo persistirá durante o prazo do contrato.”**

76. Sobre o capital social nas sociedades limitadas, o que é correto afirmar?

(A) Se a sociedade limitada for unipessoal, fica dispensada a indicação do valor de capital social no documento constitutivo.

(B) Os condôminos titulares de quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.

(C) Os sócios são obrigados a repor à sociedade eventuais quantias distribuídas a título de lucro que venham a prejudicar o capital social, salvo se expressamente desobrigados pelo contrato social.

(D) A fixação do valor mínimo de capital social para registro de sociedades limitadas no Brasil é realizada pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

(E) Salvo disposição contrária no contrato social, o aumento do capital social poderá ser aprovado por votos correspondentes a mais da metade do capital social.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

(B). CORRETA.

Mais uma questão focada na lei seca. A resposta cabe integralmente no que diz o parágrafo 2º do art. 1.056 do Código Civil.

“Art. 1.056. A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência, caso em que se observará o disposto no artigo seguinte.

[...]

§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 1.052, **os condôminos de quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.**”

99

77. As sociedades anônimas têm sido historicamente reconhecidas como um tipo societário propenso à captação de recursos para a consecução da atividade empresarial. O que é correto afirmar sobre o tema do financiamento societário?

(A) A operação de resgate é vedada pela legislação brasileira em razão da proibição de negociação pela companhia com as próprias ações.

(B) Não havendo recursos suficientes para a completa amortização de debêntures da mesma série, compete ao Conselho de Administração definir de que forma será realizado o pagamento.

(C) Somente companhias abertas podem emitir debêntures.

(D) Os bônus de subscrição podem ser conferidos pela companhia aos subscritores de ações ou debêntures, mas não alienados individualmente.

(E) Perante companhias abertas, a comunhão de debenturistas é representada pelo agente fiduciário, que tem dever de proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(E) CORRETA.

É exatamente o que diz a alínea “a” do parágrafo 1º do art. 68 da Lei da S/A. Questão baseada em Lei Seca.

“Art. 68. O agente fiduciário representa, nos termos desta Lei e da escritura de emissão, a comunhão dos debenturistas perante a companhia emissora.

§ 1º São deveres do agente fiduciário:

a) **proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens”.**

78. Alienação fiduciária em garantia é o negócio pelo qual ao credor é transferida a propriedade resolúvel do bem, tornando o fiduciante seu possuidor direto e o fiduciário seu possuidor indireto. Sobre o tema, o que é correto afirmar?

(A) Na alienação fiduciária de bens móveis, a mora decorre do simples vencimento do prazo, mas sua demonstração depende de interpelação do devedor comprovada pela assinatura de próprio punho.

(B) A alienação fiduciária de bem imóvel poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário.

(C) A alienação fiduciária de bens imóveis somente poderá recair sobre a propriedade plena, sendo nulo o contrato que tenha por objeto a alienação fiduciária sobre direito real de uso.

(D) Nos contratos que sirvam de título ao negócio fiduciário, é facultativa a indicação do valor do imóvel para fins de venda em leilão.

(E) Uma vez ajuizada a ação de busca e apreensão de bem móvel alienado fiduciariamente, é vedada a purga da mora pelo devedor.

100

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Resposta extraída do art. 22 da Lei da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis (Lei 9.514/1997).

“Art. 22. A alienação fiduciária regulada por esta Lei é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel.

§ 1º **A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena”.**

79. Assinale a afirmação INCORRETA sobre o registro e a proteção de marcas.

- (A) O registro da marca perante o INPI tem caráter constitutivo.
- (B) Marcas semelhantes podem coexistir para identificar produtos distintos e sem afinidade mercadológica, segundo o princípio da especialidade.
- (C) O registro da marca garante ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional.
- (D) Segundo a legislação brasileira, na indenização pelo uso indevido de marca, os lucros cessantes serão determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado.
- (E) O pedido de prorrogação do registro de marca pode ser realizado a qualquer momento, desde que durante a sua vigência.

101

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

A lei que rege a matéria é a 9.279/1996. O art. 108 trata da prorrogação do registro. O parágrafo 1º do art. 108 fala que o “pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição”. O parágrafo 2º, por sua vez, afirma que caso o pedido seja formulado até o termo da vigência do registro, “o titular poderá fazê-lo nos 180 (cento e oitenta) dias subseqüentes, mediante o pagamento de retribuição adicional”.

Assim, diferente do que fala a alternativa E, percebe-se que o pedido de prorrogação de registro não pode ser efetuado a qualquer momento, desde que durante a sua vigência. A Lei exige que o pedido seja feito durante o último ano de vigência do registro e, caso seja feito de forma intempestiva (após o termo da vigência do registro), que seja feito em até 180 dias.

Com isso, a alternativa incorreta é o item E, devendo ser assinalado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) As taxas se fundam no regular exercício do poder de polícia ou na utilização efetiva ou potencial de serviço público indivisível.
- (B) As contribuições de melhoria têm por limite global o preço da obra pública e por limite individual o rateio do preço da obra pelo número de proprietários beneficiados.
- (C) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não podem ter alíquotas específicas, tendo por base unidade de medida adotada.
- (D) O fato gerador do imposto é uma situação independente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (E) Tributo deve ser instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa discricionária.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

- (A) INCORRETA.** Para ser possível a cobrança de taxa, o serviço público deve ser específico e divisível.
- (B) INCORRETA.** O art. 81 do CTN diz que o limite individual é o valor da valorização de cada imóvel beneficiário da obra pública.
- (C) INCORRETA.** O art. 149, §2º, inciso III, da Constituição Federal, aponta que as contribuições especiais podem ter alíquotas *ad valorem* e alíquotas específicas.
- (D) CORRETA.** Transcrição literal do art. 16 do CTN.
- (E) INCORRETA.** O CTN, no art. 3º, fala em atividade plenamente vinculada.

102

81. O que é correto afirmar em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS)?

- (A) Não incide sobre o valor dos serviços, quando forem fornecidas mercadorias com serviços não compreendidos na competência dos municípios.
- (B) Incide sobre operações que destinem ao exterior mercadorias semielaboradas.
- (C) Incide nas prestações de serviço de comunicação na modalidade de televisão aberta, de recepção livre e gratuita.

(D) É facultado ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução aprovada pela maioria simples de seus membros.

(E) A isenção, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

Previsão expressa do art. 155, §2º, inciso II, alínea 'b', da Constituição Federal.

82. Assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o não pagamento de tributo constitui infração de lei, a gerar responsabilidade tributária solidária dos gerentes.

(B) O responsável tributário em sentido estrito, nos casos do art. 134 do CTN, responde por multa por infração tributária material.

(C) Segundo a jurisprudência atual do STJ, há presunção de dissolução irregular se a empresa deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes.

(D) A responsabilidade por infrações à legislação tributária depende da intenção do agente.

(E) A pessoa que adquirir de outra fundo de comércio sempre responde integral e solidariamente com o alienante pelos tributos devidos.

103

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

A) INCORRETA. A súmula 430 do STJ diz exatamente o contrário do que fala a alternativa.

“Súmula 430, STJ - O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.”

B) INCORRETA. O parágrafo único do art. 134 do CTN é expresso ao dizer que o “disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório”. Logo, não se aplica no caso de penalidade material.

C) CORRETA. Inteligência da súmula 435 do STJ.

“Súmula 435, STJ - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.”

D) INCORRETA. O art. 136 do CTN fala que a responsabilidade **independe** da intenção do agente.

E) INCORRETA. O art. 133 do CTN distribui de modo diverso a responsabilidade do adquirente.

83. Assinale a alternativa correta.

(A) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência de ônus financeiro demanda prova de que o chamado contribuinte de direito tenha assumido o encargo financeiro ou autorização expressa do terceiro ao qual tenha sido transferido o ônus.

(B) A restituição de tributos pagos indevidamente demanda prévio protesto.

(C) Quando a legislação tributária não fixar o prazo para pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá dez dias depois da data da notificação do sujeito passivo do lançamento.

(D) Nas ações de repetição de indébito ajuizadas após a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, o direito de pleitear a restituição de tributos pagos indevidamente extingue-se em 10 anos após o pagamento indevido (cinco anos até a homologação tácita, mais cinco anos a partir da mesma).

(E) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

104

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. Reprodução do art. 166 do CTN.

“Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.”

(B) INCORRETA. O art. 165 do CTN diz que a restituição **independe** de prévio protesto.

(C) INCORRETA. O vencimento ocorre com 30 dias, de acordo com o art. 160 do CTN.

(D) INCORRETA. O STF, ao julgar este tema (Tema 4), entendeu que o entendimento do prazo de 5+5 só se aplica as ações ajuizadas até a vigência da LC 118/2005. Após a

vigência da Lei Complementar 118, o prazo é de 5 anos, contados após o pagamento indevido.

(E) INCORRETA. O art. 165, parágrafo único, do CTN diz exatamente o contrário do trazido na assertiva.

84. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando os enunciados aos respectivos princípios.

(1) Princípio da legalidade tributária

(2) Princípio da igualdade tributária

(3) Princípio da irretroatividade tributária

(4) Princípio da anterioridade tributária

(5) Princípio da proibição do confisco

() Foi reconhecido como garantia individual pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 939-7/DF.

() Dá fundamento ao enunciado da Súmula 67 do Supremo Tribunal Federal (STF).

() Não é aplicável para a fixação da alíquota do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

() Foi aplicado às multas tributárias pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 1075 MC/DF.

() O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que não fora violado pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

(A) 3 – 2 – 1 – 4 – 5.

(B) 2 – 3 – 1 – 5 – 4.

(C) 4 – 2 – 3 – 1 – 5.

(D) 1 – 4 – 3 – 5 – 2.

(E) 4 – 3 – 1 – 5 – 2.

105

RESPOSTA: E (4,3,1,5,2)

Questão passível de recurso!

COMENTÁRIOS

A questão ao exigir o conhecimento do fundamento da súmula 67 do Supremo Tribunal Federal (STF), impõe ao candidato o conhecimento de algo totalmente diverso do que é o panorama do Direito Tributário atual. O que hoje é o Princípio da Anterioridade, era, em 1963 (ano da publicação da súmula), o Princípio da Anualidade.

O fundamento do Princípio da Anualidade é a obrigatoriedade de que a Lei Orçamentária prevesse todas as receitas e despesas do exercício financeiro seguinte. Logo, quando uma lei nova entrava em vigor no mesmo exercício financeiro, ela estaria retroagindo.

Ainda, é importante lembrar que a Constituição Federal vigente à época de publicação da Súmula 67 era a de 1946, com princípios bem diversos do da Constituição de 1988.

85. Considere o trecho a seguir:

A Súmula 668 do Supremo Tribunal Federal (STF) enuncia que é inconstitucional a lei _____ que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o _____, salvo se destinada a assegurar o cumprimento _____. O Supremo Tribunal Federal (STF) também firmou _____ de que, declarada a inconstitucionalidade da progressividade de alíquota tributária, é devido o tributo calculado pela alíquota _____ correspondente, de acordo com _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) municipal – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – da função social da propriedade – tese de repercussão geral – maior – o valor venal do imóvel
- (B) municipal – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - da função social da propriedade urbana – tese de repercussão geral – mínima – a destinação do imóvel
- (C) estadual – imposto sobre propriedade de veículo automotor – do princípio da capacidade contributiva – tese de repercussão geral – mínima – o valor venal do veículo
- (D) estadual – imposto de transmissão causa mortis – do princípio da capacidade contributiva – tese de repercussão – mínima – o valor venal dos bens
- (E) municipal – do princípio da capacidade contributiva – jurisprudência – mínima – o número de imóveis do contribuinte

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

A única sequência correta é a alternativa B, que completa corretamente o texto trazido na questão. Com fundamento na súmula 668 do STF e no RExt 602347/MG, que fixou a tese (em repercussão geral) de que “declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.”

Assim, a sequência correta seria “municipal – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – da função social da propriedade – tese de repercussão geral – mínima – a destinação do imóvel”.

86. O estatuto social de uma instituição de educação sem fins lucrativos prevê que ela poderá auferir receita decorrente da locação de imóveis. Para fins de aplicação da imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, prevista pelo art. 150, VI, ‘c’, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), é correto afirmar que o imóvel

107

(A) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais; e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

(B) não é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, porque o art. 150, § 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), e o art. 14, § 2º, do Código Tributário Nacional (CTN) dispõem que a imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos compreende somente o patrimônio relacionado com as suas finalidades essenciais.

(C) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não remunere seus dirigentes; desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais; e mantenha escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

(D) é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que a instituição de educação sem fins lucrativos não distribua qualquer parcela de seu

patrimônio ou de sua renda, a qualquer título; e desde que aplique integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos sociais.

(E) não é imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, porque o fato de auferir receita de locação significa que ela não pode ser qualificada no conceito de instituição de educação sem fins lucrativos.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

A alternativa A é a transcrição literal do art. 14 do CTN.

É importante ressaltar que a alternativa D, apesar de trazer requisitos corretos, deixa de trazer o requisito da escrituração das receitas e, por isso, está incompleta e, por consequência, incorreta.

Logo, a alternativa A é a única correta na questão.

87. Considere as seguintes afirmações a respeito do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

I - Cabe à lei complementar definir seus contribuintes, dispor sobre substituição tributária, disciplinar o regime de compensação do imposto, fixar a base de cálculo e instituir hipóteses de isenção.

II - Salvo determinação em contrário da legislação, a saída da mercadoria do estabelecimento com redução da base de cálculo acarretará a anulação proporcional do crédito relativo às operações anteriores.

III - O substituído tem direito à restituição da diferença do imposto pago a mais no regime de substituição tributária para a frente, se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

IV - Deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas II e III.

(C) Apenas II e IV.

(D) Apenas II, III e IV.

(E) I, II, III e IV.

RESPOSTA: B (Apenas II e III estão corretos).

COMENTÁRIOS

I – INCORRETO. Não cabe à lei complementar instituir hipóteses de isenção do ICMS, quem institui é a lei local.

II – **CORRETO.** Tema 229 do STF (julgado com repercussão geral).

III – **CORRETO.** O STF, julgando o REExt nº 593.849/MG (Tema nº 201 da sistemática da repercussão geral) e dando nova interpretação ao parágrafo 7º do art. 150 da CF, entendeu que “é devida a restituição do ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior a presumida”. Assim, o item está correto.

IV – INCORRETO. A constituição Federal de 1988 estabeleceu que o ICMS poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços (art. 155, § 2º, inciso III), facultando, assim, o seu uso com função extrafiscal. Logo, é possível afirmar que o item está incorreto.

109

DIREITO AMBIENTAL

88. De acordo com as disposições legais sobre proteção ambiental, o que é correto afirmar acerca de Área de Preservação Permanente?

(A) É área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos da lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

(B) É área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

(C) Deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados, conforme se dispuser em regulamento.

(D) Trata-se de uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

(E) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes.

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

Questão abordada na rodada de reta final do TJ-RS.

Art. 3º do Código Florestal - Para os efeitos desta Lei, entende-se por: (...) II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

110

89. A outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos tem por objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e a garantia do efetivo exercício dos direitos de acesso à água. No contexto normativo, qual dos usos abaixo NÃO está sujeito à outorga?

(A) O lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

(B) O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

(C) A derivação ou captação de parcela da água de um corpo de água para consumo final, abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.

(D) O uso para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

(E) A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

RESPOSTA: D

COMENTÁRIOS

Art. 12 da Lei 9.433/97 - Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

§ 1º Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento:

I - o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;

II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

III - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

111

90. Tendo em mente a jurisprudência sumulada no Superior Tribunal de Justiça e repercussão geral debatida no Supremo Tribunal Federal, o que é INCORRETO afirmar?

(A) Admite-se a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

(B) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação

do réu à obrigação de fazer ou de não fazer cumulada com a de indenizar.

(C) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.

(D) As obrigações ambientais possuem natureza “propter rem”, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

(E) O Supremo Tribunal Federal debate em sede de repercussão geral o tema atinente à imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

Questão abordada na rodada de reta final do TJ-RS e no aulão de véspera!

Súmula 613 do STJ - Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que

(A) estão sujeitas ao mesmo regime jurídico das autarquias, inclusive quanto aos seus direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

(B) terão os seus procedimentos licitatórios e contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666 de 1993.

(C) não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

(D) terão no Conselho de Administração um representante do órgão regulador da sua área de atuação.

(E) poderão alterar unilateralmente seus contratos, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

112

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) **INCORRETA.** As autarquias e as empresas públicas e sociedades de economia mista integram a administração pública indireta, sendo que as autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público e, as segundas, de Direito Privado. Ainda, não só a natureza diversa das entidades determina, como consequência, a aplicação de regime jurídicos diversos, mas também o âmbito de atuação, sendo que as autarquias só realizam serviços públicos típicos, enquanto as empresas públicas e as sociedades de economia mista exercem atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo.

(B) INCORRETA. Os procedimentos licitatórios e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista devem observar as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, exceto ressalva expressa da própria lei.

(C) CORRETA. Constituição Federal, art. 173, § 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

(D) INCORRETA. Lei 13.303/16, art. 17, § 2º: É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria: I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo.

(E) INCORRETA. Lei 13.303/16, art. 81: Art. 81. Os contratos celebrados nos regimes previstos nos incisos I a V do art. 43 contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos: I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

113

92. Relativamente à Lei nº 12.846, de 2013, denominada Lei Anticorrupção, o que é correto afirmar?

(A) A celebração do acordo de leniência reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicada.

(B) Em razão da prática de ato tipificado como lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, a pessoa jurídica poderá, no processo administrativo, sofrer a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica.

(C) A multa aplicável no processo administrativo é fixada no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, incluídos os tributos.

(D) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica do dever de reparar integralmente o dano.

(E) Ainda que rejeitada, a proposta de acordo de leniência importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. Lei 12.846/13, Art. 16, §2º: A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

(B) INCORRETA. A aplicação da pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica depende de decisão judicial, não bastando o mero processo administrativo, nos termos do arts. 6º e 19 da Lei Anticorrupção.

(C) INCORRETA. Lei 12.846/13, Art. 6º: Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções: I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa.

(D) INCORRETA. Lei 12.846/13, Art. 16, §3º: O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

(E) INCORRETA. Lei 12.846/13, Art. 16, §3º: Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

114

93. Considere as afirmações abaixo sobre as Parcerias Público-Privadas.

I - É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

II - O prazo de vigência do contrato deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados, não podendo ser inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo-se eventual prorrogação.

III - Ainda que se baseie em um contrato de concessão, haverá repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

I. INCORRETA. Lei 11.079/2004, Art. 2º, §4º, I: É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

II. INCORRETA. Lei 11.079/2009, Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

III. CORRETA. Lei 11.079/2009, Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: III – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

115

94. Considere as afirmações abaixo sobre o controle externo da Administração Pública.

I - As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

II - O Tribunal de Contas emite parecer prévio sobre as contas de todos os administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, cabendo ao Poder Legislativo o respectivo julgamento.

III - Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

I. CORRETA. Constituição Federal, art. 71, § 3º: As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

II. INCORRETA. Constituição Federal, art. 71, II: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III. INCORRETA. Constituição Federal, art. 71, III: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

116

95. Com relação à desapropriação, é correto afirmar que

(A) a declaração de utilidade pública impede que o proprietário aliene o bem objeto da declaração.

(B) a ação de desapropriação é uma ação especial, cujo objeto diz respeito a todos os possíveis aspectos da decisão administrativa de desapropriar.

(C) a desapropriação por interesse social deverá efetivar-se mediante acordo, ou intentar-se judicialmente, dentro de 5 (cinco) anos contados da data da respectiva declaração.

(D) a fase executória da desapropriação, como instrumento que extingue a propriedade privada, não poderá ser promovida por concessionários de serviço público.

(E) a desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando quais as indispensáveis à execução da obra e as que se destinam à revenda.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. A declaração de utilidade pública não impede a alienação do imóvel, até porque a declaração de utilidade pública caduca após 5 (cinco) anos em não havendo desapropriação (art. 10º do DL 3.365/41).

(B) INCORRETA. DL 3.365/41, Art. 20: A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

(C) INCORRETA. Prazo de caducidade do decreto expropriatório: Ultrapassado o prazo de 05 anos (por utilidade ou necessidade públicas) ou de 02 anos (por interesse social) sem que seja promovida a desapropriação, ocorre a caducidade do decreto e o bem não pode ser objeto de nova declaração no prazo de 01 ano (art. 10 do Decreto-lei nº 3.365/41).

(D) INCORRETA. A competência executória para a desapropriação, ou seja, a competência para promover efetivamente a desapropriação alcança as entidades da Administração Direta e Indireta e os agentes delegados do Poder Público (concessionárias e permissionárias), nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 3.365/1941. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações caberá diretamente à concessionária, conforme dispõe o art. 29 da Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos – Lei Federal nº 8.987/1995.

(E) CORRETA. Decreto-lei nº 3.365/41, art. 4º: A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

117

96. No processo administrativo, tem-se o artigo 54, da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que dispõe: “O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.” Com base nesse dispositivo legal, quais princípios são preponderantes?

- (A) Eficiência, eficácia e efetividade.
 - (B) Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.
 - (C) Moralidade, improbidade e desvio de poder.
 - (D) Legalidade, legitimidade e continuidade dos serviços públicos.
 - (E) Impessoalidade, igualdade e isonomia.
-

RESPOSTA: B

COMENTÁRIOS

O artigo 54, da Lei 9.784/99 impõe um prazo decadencial à possibilidade de a União anular seus atos administrativos eivados de ilegalidade. Trata-se, pois, de uma limitação ao poder/prerrogativa de autotutela da Administração, em razão da necessidade de se preservar a confiança legítima do administrado frente aos atos do Poder Público.

O princípio da confiança legítima surge na jurisprudência como “teoria do fato consumado”, e tem por objetivo proteger o administrado da atuação arbitrária da Administração.

O princípio da segurança jurídica possui dois sentidos. O primeiro, de natureza objetiva, tem a ver com a estabilização do ordenamento jurídico, a partir do respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada; já o segundo, de caráter subjetivo, relaciona-se com a proteção da confiança do cidadão frente às expectativas geradas pela Administração Pública.

97. No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado no Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Quando, juntamente com a conduta estatal, o cidadão lesado contribuir para o evento danoso, haverá compensação das responsabilidades, na medida da participação do indivíduo e do Estado, aplicando-se o princípio da proporcionalidade.

(B) Por responsabilidade objetiva, entende-se a desnecessidade de o lesado pela conduta estatal provar a existência de culpa do agente ou a falha na prestação do serviço.

(C) No direito de regresso, em que fazem parte da relação jurídica o Estado e seu agente, aplica-se a responsabilidade subjetiva, sendo necessária a caracterização do dolo ou culpa (do agente público).

(D) A Constituição Federal, em seu artigo 37 §6º, consagra a teoria do risco integral, com relação ao Estado, segundo a doutrina dominante.

(E) As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, de forma primária, sendo o Estado, neste caso, responsável de forma subsidiária.

RESPOSTA: D

118

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. Caso seja verificada a culpa concorrente entre a vítima e o Estado, haverá responsabilização da vítima na proporção de sua contribuição para o evento lesivo (atenua o dever de reparar).

(B) CORRETA. A teoria da responsabilidade objetiva dispensa a vítima de comprovar a culpa (individual ou anônima) para receber a reparação pelos prejuízos sofridos em virtude da conduta estatal, sendo suficiente provar apenas a conduta, dano e nex causal.

(C) CORRETA. O direito de regresso é a possibilidade de o Estado, após a reparação do dano, cobrar do agente causador do dano os valores despendidos, desde que comprovado o dolo ou culpa na sua atuação. Portanto, enquanto a responsabilidade estatal é objetiva, a do agente público é subjetiva e, na redação da CF/88, apenas regressiva.

(D) INCORRETA. A teoria adotada como regra no Brasil, estampada no § 6º do art. 37 da CF/88, é a da responsabilidade objetiva, a qual funda-se na teoria do risco, a partir da ideia de que as atividades estatais, em virtude de toda sua extensão e profundidade, inclusive desenvolvida com prerrogativas extroversas, envolvem riscos maiores aos cidadãos, de modo que, caso seja gerado algum dano a certa(s) pessoa(s) em seu exercício, deve o Estado responder independentemente da demonstração de elemento volitivo. Essa teoria também se subdivide: (i) **Teoria do Risco Administrativo**, que admite as excludentes da responsabilidade civil, sendo aquela, conforme entendimento firme da doutrina majoritária brasileira e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, acolhida como regra pelo ordenamento jurídico brasileiro; (ii) **Teoria do Risco Integral**, que não admite excludentes da responsabilidade civil, não sendo admitida no Brasil em regra.

(E) CORRETA. Art. 37, § 6º, da CF: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos em relação a terceiros, usuários ou não do serviço, podendo, ainda, o poder concedente responder subsidiariamente quando o concessionário causar prejuízos e não possuir meios de arcar com indenizações” (CESPE – DPU – 2017).

98. No tocante à licitação, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados e daqueles que participam do certame. Assim, as

regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos os interessados.

(B) A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela peculiaridade do caso, decidiu o legislador não o tornar obrigatório.

(C) A inexigibilidade caracteriza-se pela inviabilidade de competição, especialmente, nas seguintes hipóteses:

fornecedor exclusivo, atividades artísticas de profissionais consagrados e serviços técnicos especializados com profissionais de notória especialização.

(D) A nulidade da licitação é decretada quando existe, no procedimento, vício de legalidade.

(E) O princípio da licitação sustentável não será observado pela Administração Pública direta.

RESPOSTA: E

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade

(B) CORRETA. A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a licitação, o interesse público a desaconselha, daí porque o legislador retira sua obrigatoriedade, concedendo ao administrador uma margem de discricionariedade para escolher entre licitar ou não licitar. A lista de casos de licitação dispensável é taxativa e consta no art. 75 da Nova Lei de Licitações.

(C) CORRETA. A inexigibilidade se aplica para situações em que a competição é inviável, seja pela natureza específica do negócio, seja pelos objetivos visados pela Administração. O art. 74 da Nova Lei prevê, em rol exemplificativo, as situações de inexigibilidade, dentre as quais: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; e II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(D) CORRETA. A anulação da licitação é um dever que decorre da ilegalidade no procedimento, em razão de vício insanável. Nos termos do § 1º do art. 71 da Lei, “Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa”.

(E) INCORRETA. O princípio da licitação sustentável é princípio com previsão expressa no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e deve ser observado por toda a Administração.

120

99. Referente à improbidade administrativa, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) Os atos de improbidade administrativa podem provocar as seguintes sanções: a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

(B) A Lei de Improbidade Administrativa não contempla penas privativas de liberdade.

(C) Para caracterização do sujeito passivo da improbidade, o agente público deve estar vinculado ao poder público e necessita perceber remuneração.

(D) Constitui-se em fase pré-processual judicial a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público.

(E) O Ministério Público é legitimado ativo para propor ação de improbidade administrativa.

RESPOSTA: C

COMENTÁRIOS

(A) CORRETA. Nos termos do art. 12 e incisos da Lei nº 8.429/92, o responsável pelo ato de improbidade está sujeito às seguintes sanções, que podem ser aplicadas isolada ou conjuntamente, de acordo com a gravidade do fato: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

(B) CORRETA. As sanções aplicáveis ao responsável por ato de improbidade, previstos no art. 12 e incisos da Lei nº 8.249/93, não abrange pena privativa de liberdade.

(C) INCORRETA. Representa o conjunto de pessoas que podem ser atingidas pela prática do ato de improbidade administrativa (“vítimas”). O rol dos possíveis sujeitos passivos está previsto nos §§ 5º a 7º do art. 1º da LIA e abrange:

a) Administração Direta e Indireta, inclusive com personalidade jurídica de direito privado, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, dos Estados, dos Municípios e do DF;

b) Entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais;

c) Entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres

públicos. O que superar esse valor deverá ser cobrado pela entidade privada por meio de procedimento diverso daquele previsto na Lei Federal nº 8.429/92.

(D) CORRETA. Art. 22 da Lei de Improbidade Administrativa: Para apurar qualquer ilícito previsto nesta Lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14 desta Lei, poderá instaurar inquérito civil ou procedimento investigativo assemelhado e requisitar a instauração de inquérito policial.

(E) CORRETA. Art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa: A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O único legitimado para propor a ação de improbidade administrativa passa a ser o Ministério Público, não mais constando o órgão de representação do ente lesado.

100. À luz do sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) A publicidade pode ser empregada como instrumento de propaganda pessoal dos agentes públicos.

(B) A Lei de Acesso à informação pública (Lei nº 12.527/2011) prevê a publicidade como regra, mas admite exceções quando houver: ofensa à intimidade ou privacidade do titular da informação ou quando for indispensável à segurança da sociedade e do Estado.

(C) O tombamento incide sobre bens móveis e imóveis.

(D) A desapropriação-confisco (conforme denominação doutrinária) tem como pressupostos: cultura ilegal de substância psicotrópica ou exploração de trabalho escravo na propriedade rural ou urbana.

(E) O município tem competência privativa para promover a desapropriação urbanística sancionatória.

122

RESPOSTA: A

COMENTÁRIOS

(A) INCORRETA. Art. 37, §1º, da CF: a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

(B) CORRETA. A Lei de Acesso à Informação visa justamente regulamentar o princípio da publicidade, que estabelece que é dever da administração tornar transparentes os atos praticados, admitindo-se algumas exceções, tais como a publicidade de informação sigilosa, que segundo o art. 4º, inciso III, de referido diploma legal, é aquela submetida

temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e a restrição de acesso à informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, nos termos do art. 31, §1º, da lei em comento.

(C) CORRETA. O tombamento pode recair sobre bens de qualquer natureza, móveis ou imóveis, DE NATUREZA MATERIAL, públicos ou privados, desde que haja relevância histórica, artística ou cultural.

(D) CORRETA. A “desapropriação-confiscatória”, com previsão no art. 243 da CF/88 não enseja ao proprietário nenhuma indenização e tem como pressuposto a localização de cultivo ilícito de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo.

(E) CORRETA. A “desapropriação (por interesse social) urbanística”, prevista no art. 182, § 4º, III, da CF/88, possui caráter sancionatório e pode ser aplicada ao proprietário do solo urbano que não atenda às exigências de promover o adequado aproveitamento de sua propriedade, nos termos do plano diretor do município. O expropriante é o município (competência exclusiva). A indenização será paga mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.